

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

Higor Natanael Azevedo Carvalho

IMPrensa e Escravidão em Diamantina, Minas Gerais (1860-1888)

Diamantina

2021

Higor Natanael Azevedo Carvalho

IMPrensa e Escravidão em Diamantina, Minas Gerais (1860-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins
Teodoro

Diamantina

2021

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

C331 Carvalho, Higor Natanael Azevedo
2021 Imprensa e escravidão em Diamantina, Minas Gerais (1860-1888)
[manuscrito] / Higor Natanael Azevedo Carvalho. -- Diamantina,
2021.
76 p.

Orientadora: Prof.^a Pacelli Henrique Martins Teodoro.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) --
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Diamantina, 2021.

1. Jornal. 2. Abolição. 3. Diamantina-MG. I. Teodoro, Pacelli
Henrique Martins . II. Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário Rodrigo Martins Cruz / CRB6-2886
Técnico em T.I. Thales Francisco Mota Carvalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

HIGOR NATANAEL AZEVEDO CARVALHO

Imprensa e escravidão em Diamantina, Minas Gerais (1860-1888)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação **em Ciências Humanas** da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, **nível de Mestrado**, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Humanas**.

Orientador: Prof. **Pacelli Henrique Martins Teodoro**

Data de aprovação 31/03/2021.

Prof. Dr. Pacelli Henrique Martins Teodoro - (UFVJM)

Prof. Dra. Fernanda Valim Côrtes Miguel - (UFVJM)

Prof. Dra. Keila Auxiliadora de Carvalho - (UFVJM)

Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues Lopes - (Instituto Federal de Brasília)



Documento assinado eletronicamente por **Pacelli Henrique Martins Teodoro, Servidor**, em 31/03/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Keila Auxiliadora de Carvalho, Servidor**, em 03/04/2021, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Valim Côrtes Miguel, Servidor**, em 07/04/2021, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Rodrigues Lopes, Usuário Externo**, em 05/05/2021, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0320324** e o código CRC **9997EBA1**.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gilda Azevedo e Cleodete Carvalho, que sempre me apoiaram nos estudos.

Ao professor Pacelli Henrique Martins Teodoro por acreditar no meu potencial e no projeto apresentado no início do mestrado e pela orientação, direcionamentos e críticas.

Agradeço aos professores do Bacharelado em Humanidades e da pós-graduação em Ciências Humanas que deram apoio a esta pesquisa. Em especial, às professoras Keila Carvalho e Fernanda Valim pelas críticas e comentários na banca de qualificação, e ao professor Luiz Fernando pela disponibilidade em participar da defesa deste trabalho.

Agradeço a minha amiga Ângela Vidoni, pela atenção e pelo trabalho como voluntária no projeto que se desenvolveu esta pesquisa com fontes jornalísticas.

Aos amigos que fiz ao longo desses dois anos e que dividimos juntos momentos únicos, em especial a Sara Takahashi, Ivanice Araújo, Marcilene Alves, Moisés Gonçalves e Regis Faustino.

Aos amigos da Licenciatura em História e da vida, recentes e antigos, que sempre estiveram próximos. Muito grato Jéssica Leal, Jordânia Souza, Clarisse Mendes, Andreza Souza, Arthur Benício, Eberton Siqueira, Thassio Ferraz, Ane Caroline, Túlio Pinheiro, Larissa Chaves, Camila Canuto e todos os que não foram citados aqui.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as matérias de jornais políticos publicadas pela imprensa em Diamantina, Estado de Minas Gerais, sobre a escravidão e abolição no período de 1860 a 1888. Foram abordadas as perspectivas políticas de grupos liberais e conservadores, mediante uma leitura discursiva das seguintes fontes jornalísticas: *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879), *17º Districto* (1885-1886) e *Sete de Setembro* (1887-1888). Buscou-se compreender a participação política da imprensa e seus posicionamentos frente ao dilema estabelecido entre o direito de liberdade e o direito à propriedade, bem como as diferentes posições adotadas por cada grupo político, reveladoras de variados projetos para alcance do progresso local e da manutenção da economia. Ao delimitar a pauta da escravidão que constituiu diversas camadas da sociedade, verificou-se a presença de discursos antiescravistas na cidade desde a década de 1860, que propunham projetos de industrialização e desenvolvimento urbano local e regional, promovendo o horizonte da transição do trabalho escravo para o livre, na perspectiva dos liberais e liberais republicanos. Noutro prisma, nas décadas de 1880, grupos conservadores reforçavam a necessidade de projetos e ideias progressistas, mas que permanecesse o trabalho escravo e sobressaíssem a ordem e a hierarquia social.

Palavras-chave: Jornal. Abolição. Diamantina-MG.

ABSTRACT

The present research has as object of study the political newspaper articles published by the press in Diamantina, state of Minas Gerais, about slavery and abolition, in the period from 1860 to 1888. The political perspectives of liberal and conservative groups were addressed, through a discursive reading of the following journalistic sources: *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879), *17th Distrito* (1885-1886) and *Sete de Setembro* (1887-1888). The aim was to understand the political participation of the press and its positions regarding the dilemma established between the right to freedom and the right to property, as well as the different positions adopted by each political group, revealing different projects to achieve local progress and maintain the economy. By delimiting the slavery agenda that constituted several layers of society, it was verified the presence of anti-slavery discourses in the city since the 1860s, which proposed projects of industrialization and local and regional urban development, promoting the horizon of the transition from slave to free labor, in the perspective of liberals and republican liberals. In another perspective, in the 1880s, conservative groups reinforced the need for progressive projects and ideas, but that slave labor remained and social order and hierarchy prevailed.

Keywords: Newspaper. Abolition. Diamantina-MG.

LISTAGEM DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de jornais que circularam em Diamantina entre 1860-1899.....	17
Quadro 2 - Seleção das fontes jornalísticas em Diamantina (1860-1889).....	18
Quadro 3 - Distribuição temporal das fugas de escravizados. Diamantina (1860).....	36
Quadro 4 - Distribuição temporal das fugas de escravizados, segundo o sexo. Diamantina (1860)	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Procedimentos metodológicos.....	12
2. CAPÍTULO 1 - IMPRENSA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX.....	19
2.1. A imprensa diamantinense e o “liberalismo Tejucano”	19
2.2. Liberalismo, escravidão e jornais	23
2.3. O avanço da abolição.....	29
2.4. Algumas questões sobre a escravidão na década de 1860	32
3. CAPÍTULO II - A ABOLIÇÃO NOS JORNAIS EM DIAMANTINA	37
3.1. Problemas na década de 1870.....	37
3.2. A abolição em processo na década de 1880.....	43
3.3. Conservadores contra a emancipação	48
3.4. A emancipação escrava nas lentes da imprensa diamantinense	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE I.....	67

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980 somou-se às abordagens das Ciências Humanas a imprensa periódica, valorizando os jornais como via de acesso legítimo ao passado. Até então, os estudos que utilizavam os impressos como fonte recaíam sobre o Positivismo, sendo, portanto, tratados sob o prisma da reprodução dos fatos. No entanto, a visita ao passado por meio da imprensa, a partir de métodos para sua leitura, pode evidenciar inúmeros entraves superados e/ou colocados por uma determinada sociedade. A escravização de africanos no Império brasileiro, bem como as narrativas em torno de sua liberdade na segunda metade do século XIX, é uma possibilidade de leitura na qual este trabalho buscou realizar tendo como lócus Diamantina, Minas Gerais.

Com o avanço de estudos sobre a escravização no Brasil, houve uma renovação sobre os olhares para o tema e a utilização de fontes pouco exploradas, como os jornais. Desse modo, as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa foram jornais que circularam em Diamantina, a saber: *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879), *17º Districto* (1885-1886) e *Sete de Setembro* (1887-1889). O recorte temporal entre 1860, década em que se consolidou partidos políticos no Império e que a partir de então adiantou-se projetos emancipacionistas, e o ano de 1888 é tomado como apoio, destacando-se como marco final da escravização por meio da assinatura da Lei Áurea. Esse recorte temporal justifica-se porque a partir da força política das elites locais a escravização e emancipação dos negros passaram a ser discutidas com base em projetos políticos liberais e conservadores, em que divergiam em diversos momentos, mas que se uniam quando o propósito recaía sobre o “progresso” e a “civilização”.

Sendo assim, propõe-se fazer uma leitura discursiva dos jornais diamantinenses por meio da contextualização das ideias que circulavam no período e do embate semântico que permite descrever a atuação de grupos sociais, como os políticos liberais e conservadores da imprensa, que procuravam definir posturas políticas e posições de combate em época de crise, como o fim da escravização. Busca-se, assim, entender as ideias que foram expostas na imprensa local sobre escravatura e liberdade e quais os enfrentamentos das elites na efetivação de seus projetos.

O primeiro capítulo deste trabalho tem como título “Imprensa e política no século XIX”, tendo como objetivo apontar uma relação entre os espaços das letras com a política imperial local, a partir de 1860. Aqui serão apresentadas as fontes e delineadas algumas ideias defendidas por cada imprensa sobre a escravização.

O Arraial do Tejuco, então cidade de Diamantina, foi um importante centro econômico

da província mineira, o que a fez relevante para a pesquisa, tendo em vista a intensa utilização da mão de obra escravista.

O segundo capítulo - “A abolição nos jornais em Diamantina” - tem como objetivo percorrer as matérias dos jornais elencados cujo tema central do discurso era a chegada da Abolição da escravatura, de modo que legitima os jornais como fonte científica. A partir disso, buscou-se observar a recepção das ideias libertárias propagadas, entre 1860 e 1888, pelos políticos liberais e conservadores da cidade, bem como as argumentações para o “problema da abolição”. Assim, os discursos sobre “progresso” e “civilização” constituíram uma importante pauta a ser cumprida em projetos políticos liberais e conservadores daquela cidade. Não obstante, a localização geográfica de Diamantina, situada no interior da província, e o lento desenvolvimento urbano foram motivos pelos quais os conservadores argumentaram para a permanência da escravização dos negros, ao passo que a industrialização foi tida como saída proposta por grupos liberais.

1.1. Procedimentos metodológicos

Rodrigo Santos de Oliveira (2011) escreve que a ação de privilegiar a imprensa em investigações históricas a torna novas fontes de pesquisa. Os jornais brasileiros se desenvolveram ao passo das transformações ocorridas no Império. Ditaram mudanças nas esferas econômica (industrialização e urbanização), social (escravidão e abolição) e política (desestruturação do Império e instalação da República) ao longo do século XIX.

Vários foram os questionamentos contra a Monarquia (liberais e republicanos) como aqueles contrários a instituição escravista (abolicionistas liberais e demais interessados na causa) utilizavam os jornais como espaço de expressão política e ideológica. Escreve Capelato:

Com base nesses princípios, foi sendo construído o conceito de opinião de opinião pública, que significa a opinião de um público capaz de fazer uso da própria razão [...] Como os idealizadores dessas novas fórmulas política atribuíram à imprensa essa missão de tornar públicos os atos de governo e expressar a vontade popular ante os governantes, os periodistas, desde então, arvoraram para si a prerrogativa de interpretar e formar a opinião pública por meio de seus jornais. (CAPELATO, 2015, p. 120). (*grifos da autora*).

Tania Regina de Luca (2015) e Capelato (2015) são estudiosas da história da Imprensa brasileira com suas contribuições nas reflexões sobre o uso de jornais como um espaço privilegiado para as observações e indagações sobre o passado. Luca (2015) afirma que até a década de 1970 era pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como

fontes para conhecimento da história do Brasil. Isso porque se tratava de uma fonte questionável aos olhos daqueles que optavam ainda por escrever uma história positivista, sem questionamentos ou desconstrução dos fatos. Todavia, esta autora destaca a importância dos impressos para a escrita da História por meio da Imprensa (LUCA, 2015).

Os métodos para a escolha de jornais como fonte e objeto de pesquisa são diversos. Neste sentido, torna-se interessante que se tenha em vista as seguintes questões sobre a Imprensa: Porque? Por quem? A quem? Onde? Quando? e como?. Especificamente, sobre o conteúdo a ser lido nos jornais, também há diversidade metodológica. Hobsbawm encaminha-nos a pensar que:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores [e para as Ciências Humanas] é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, (2013, p. 25).

Onde se localiza o ponto do passado, esta pesquisa busca investigar? Quais as observações e orientações que interessam e que ajudará o pesquisador interpretá-lo? Para responder essas questões vale esclarecer que na tentativa de reconstrução do passado, seja na perspectiva local, regional ou nacional é fantasmática a ideia de contemplação do evento histórico, mas é possível sua aproximação a partir das fontes históricas. Pois, conforme Hobsbawm (2013), “retroceder o relógio” não restabelece o passado, apenas direciona a algumas recordações. Assim, o recorte temporal do passado que desejamos observar nesta pesquisa compreende o período de 1860 a 1888. Tendo como escolha temática as ideias políticas que circularam n’*O Jequitinhonha, Monitor do Norte, 17º Districto* e o *Sete de Setembro* sobre escravidão e emancipação em Diamantina, interior da Província de Minas Gerais no Império brasileiro.

A Imprensa oitocentista foi influente no que diz respeito a difusão de ideologias políticas e educacionais no Império por ser o meio de comunicação de mais fácil difusão, seja pelos jornais ou folhetins. Especificamente na segunda metade dos Oitocentos, sua expansão a “territórios”¹ no interior do Império fez com que ordenanças e pautas discutidas na Corte chegassem às administrações longínquas por meio dos jornais, além de tornar dinâmica o funcionamento das cidades, como, por exemplo: mobilizações econômicas (anúncios de

¹ De acordo com Raffestin (1993), “território” trata-se do espaço em que se estabelece alguma interferência e administração por meio do trabalho ou informações pela ação humana.

compra e venda de escravizados, prestação de serviços públicos, dentre outros); questões referentes a organização urbana (matérias sobre a ordem social e editais sobre a higienização pública) e da estruturação e fortalecimento da política local pelo espaço de representação que os impressos sediam.

Assim, o evento histórico é a corrida pela abolição da escravidão e as questões que nos interessam são as enfrentadas pela cidade. Os jornais são caminhos para se aproximar do ocorrido. Para Peter Burke (2003), o texto se mostra um artefato. Nesse sentido, destacamos o jornal como receptáculo do texto. Esse autor descreve o texto como um artefato híbrido, ou seja, nele existem diferentes tipos de linguagem que procuram propagar ideias ao público aberto, podendo discorrer sobre qualquer assunto. Porém deseja, ao final, que o efeito seja equivalente entre a mensagem original (a intenção do redator) e a recepção (a interpretação futura do leitor), fazendo com que a mensagem inicial seja clara o suficiente de modo que quem leia o texto se torne um novo adepto da ideia transmitida.

Sobre a escravização e abolição da escravatura, a Imprensa oferece ricas matérias de jornal sobre o assunto, bem como argumentos e justificativas que sustentam as ideias comunicadas. O jornal, portanto, pode ser visto como um objeto, dessa forma, aplicado ao “hibridismo cultural”. Para Burke, este termo explica um único objeto que se dobra em vertentes distintas: a social e a política. Para esta pesquisa, em que jornais são utilizadas como fonte, buscamos focar na perspectiva política, em que outro conceito desenvolvido por Burke, denominado de “hibridização linguística” é aplicado. Este último diz respeito ao campo das ideias cuja linguagem da Imprensa e da política se misturam, o que explica sua hibridização, caracterizando os jornais do século XIX como “Imprensa política”.

A linguagem da Imprensa, grosso modo, pode ser entendida como manifestação das ideias e projetos práticos que circundam o cotidiano daquele que tem acesso ao jornal, tendo em vista que no impresso os textos são organizados de forma dinâmica e, por vez, em matérias rápidas de serem lidas. Além disso, há outros espaços distribuídos entre as quatro páginas que o compõe, como: anúncios, vendas e compras.

A linguagem política trata de ideias e projetos complexos, pois geralmente difundi pensamentos e cobra posicionamentos a curtos prazos de grupos e sujeitos em foco. A Imprensa política abrange ambos os campos da Comunicação, visto que os une. Esta última faz, restrito ao período Imperial brasileiro em que os meios de comunicação são limitados, dependentes entre si: a Imprensa e a política. As dificuldades em custear e sustentar as tipografias somado a

urgência e interesses das “elites políticas”² sobre assuntos nacionais, regionais e locais são fatores contribuintes para a hibridização descrita. Assim, ressaltamos que se sedia espaço nas letras conquanto esses espaços fossem pagos.

Em outro contexto, para o acesso à participação política dos jornais diamantinenses nas pautas sobre a escravidão e emancipação, seguiu-se o método teórico usado por Tâmis Parron (2011) que diz respeito ao “método contextualista” fundido à ideia de “luta semântica”. Este aparato metódico se sustenta nas ideias de Quentin Skinner (1988) e Reinhart Koselleck (2006). Para aquele, ao visualizar a História das Ideias o pesquisador precisa ter em mente dois modos ortodoxos preexistentes quando na atribuição de significados e compreensão do texto (SKINNER, 1988). O primeiro modo diz respeito ao “contexto” (que pode envolver fatores políticos, econômicos, sociais ou religiosos); o segundo tem como guia a “autonomia” do próprio texto, qual seja, assumir que o objeto-texto por si só dá conta da pluralidade que o circunda e sua interpretação se dá de modo independente de fatores contextuais. Skinner (1988), no entanto, não se compromete com apenas um uso analítico do texto, visto que possuem fragilidades e por isso sugere ambos de forma complementar.

Parron (2011, pp. 20-21) simplifica o método de Skinner estabelecendo as relações entre “significado e uso, sentido geral e emprego particular, lugar-comum e ocorrência” na análise do texto. Skinner propõe o texto como objeto válido de investigação e compreensão, tratado pela História das Ideias. Assim, nos apropriamos dessa teoria para leitura das matérias de jornais.

A teoria de Quentin Skinner se complementa com a proposta de Koselleck sobre a luta semântica. Koselleck (2006, p.133) apresenta os termos “eventos” e “estruturas”, presentes na História Social, de modo que o primeiro é traduzido como “um conjunto de fatos, como uma unidade de sentido que pode ser narrada”, e o segundo como “aquelas circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados”. Ambas abordagens se misturam na leitura da fonte histórica, pois os eventos narrados partem do ocorrido (algo passado) e do presente e as estruturas se evidenciam quando a fonte histórica (os jornais) oferece uma ordem de longa ou curta duração por meio da linguagem. De mesmo modo, Hobsbawm (2013) apoia o método de que a História das Ideias se complementa a análise das estruturas em eventos que podem ou não considerar fatores.

No texto, produto da narrativa em qualquer temporalidade, são presentes evento e

² Conforme José Murilo de Carvalho (2019, p. 26), as elites políticas são grupos que se formaram ao longo de um processo de tensão, “tendo de um lado a expansão do poder dos funcionários reais e de outro a pressão de grupos sociais por representação política”.

estrutura, e os jornais são frutíferos nesse sentido, uma vez que suas matérias abarcam “vários agentes que usaram uma ideia, e nas variadas situações e intenções de usá-la” (SKINNER *apud* PARRON, 2011, p. 21).

A estrutura escravista no Império (longa duração) junto aos eventos emancipacionistas a partir da metade do século XIX (os fatos), na imprensa política diamantinense, evidenciam um quadro de luta semântica ao mostrar, por meio da linguagem, “a atuação de grupos sociais que procuravam definir posturas políticas e posições de controle em épocas de crise” (PARRON, 2011, p. 21); conforme ocorrera no momento de desmonte da instituição escravista entre 1860 e 1888. Um exemplo dessa luta semântica é o tratamento político dado a questão abolicionista dentro da prática escravista: no período de predomínio da política saquarema, entre 1835 a 1850, a instituição escravista é defendida no Parlamento e aderida na camada social, mas se torna desumano e cruel a partir de 1860 decorrente do pensamento liberal. Assim como demonstrou Parron em “A política da escravidão no Império do Brasil” tais enfrentamentos foram travados nos espaços públicos, precisamente na Imprensa.

De modo pragmático, para esta pesquisa fez-se revisão bibliográfica e consultas ao acervo documental de jornais da segunda metade do século XIX. Assim, o estudo apresenta a Imprensa brasileira oitocentista e sua ação no âmbito político, sobretudo os jornais diamantinenses que dispensavam críticas ao Império e que, a partir de 1860, debateram a permanência da escravização dos negros in lócus argumentando sobre o “progresso” local tardio.

Sobre o acervo de jornais, foi feito visitas presenciais nos arquivos físico e, posteriormente, a pesquisa focou apenas nos arquivos virtuais³. O acervo físico de jornais encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Antônio Torres (BAT), sediada na cidade de Diamantina (Casa do Muxarabiê, rua Quitanda, n. 48, Centro). Outra parte pode ser consultada online, em formato digitalizado, na plataforma virtual do Arquivo Público Mineiro (APM) <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>, na sessão “jornais mineiros” do século XIX, e Biblioteca Nacional (BN) <<https://bndigital.bn.gov.br>>, na seção “Hemeroteca Digital”.

Conforme Sodré (1999), o *boom* da Imprensa no Brasil e o surgimento de diversos jornais nas províncias e nos interiores, cujo protagonismo regional – econômico ou político – interessasse o controle da Corte, foi no Segundo Reinado de Dom Pedro II. Em Minas Gerais, em geral, e em Diamantina, em particular, o advento da imprensa se concretizou. De acordo

³ No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de contaminação da Covid-19 em fevereiro de 2020 ingressando o país ao quadro pandêmico. Assim, a partir de março de 2020, os estados brasileiros passaram a decretar o regime de quarentena, no qual não há previsões de volta à normalidade.

com a relação de seus jornais disponíveis na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público Mineiro e na Biblioteca Antônio Torres, vinte e um (21) títulos circularam na segunda metade do século XIX (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação de jornais que circularam em Diamantina entre 1860-1899

JORNAL	ANO	ACERVO
<i>17º Distrito</i>	1886 - 1889	BN
<i>A Ideia Nova</i>	1879 - 1889	BN
<i>A Mocidade</i>	1878 - 1879	BN
<i>A Verdade</i>	1885	BAT
<i>Liberal do Norte</i>	1887 - 1888	APM/BAT
<i>Monitor do Norte</i>	1874 - 1879	BAT/BN
<i>O Aprendiz</i>	1893	BAT
<i>O Cathólico</i>	1876	BAT
<i>O Diamantinense</i>	1892	BAT
<i>O Estudante</i>	1873 - 1879	BN
<i>O Futuro</i>	1881	BAT
<i>O Jequitinhonha</i>	1860 - 1873	APM/BAT/BN
<i>O Guaicuny</i>	1881 - 1889	BN
<i>O Guarany</i>	1878 - 1879	BN
<i>O Lábaro do Futuro</i>	1882 - 1889	BN
<i>O Município</i>	1894 - 1899	APM/BAT/BN
<i>O Normalista</i>	1886	BAT
<i>O Tambor</i>	1889 - 1889	APM/BAT/BN
<i>O Voluntário</i>	1865 - 1869	BN
<i>Sete de Setembro</i>	1886 - 1889	APM/BN
<i>Voz do Povo</i>	1881 - 1884	BAT

Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Antônio Torres, 2020.

Para o recorte temporal da pesquisa (entre os anos de 1860 a 1888) utilizou-se quatro jornais que circularam no interior da Província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX: *O Jequitinhonha*, *Monitor do Norte*, *17º Districto* e *Sete de Setembro*. Essa escolha se deu por dois motivos principais: a relação dos jornais com a política e a problemática escravista e abolicionista no período supracitado, em que a pauta foi discutida no Império; e a quantidade de edições lançadas pelos jornais (Quadro 2) que é, de acordo com Capelato (2015), de extrema relevância para o pesquisador que busca observar qualquer temática numa lógica temporal e discursiva, sem haver muitos intervalos na impressão das folhas. Cada um desses títulos pertencia a órgãos políticos distintos, liberal e conservador.

A escolha dos jornais também se justifica pela pluralidade do pensamento político nas tipografias sobre a crise da instituição escravista. As distintas óticas sobre o “problema da abolição” podem enriquecer as pesquisas sobre a história do Brasil do século XIX, ao passo que evoca à Imprensa como protagonista no processo de mudanças estruturais tanto no Império

quanto no interior da província mineira.

Quadro 2 - Seleção das fontes jornalísticas em Diamantina (1860-1889)

JORNAL	ANO	EXEMPLARES	ACERVO
<i>O Jequitinhonha</i>	1860 - 1873	250	APM/BAT/BN
<i>Monitor do Norte</i>	1874 - 1879	53	BAT/BN
<i>17º Districto</i>	1885 - 1886	27	BAT/BN
<i>Sete de Setembro</i>	1886 - 1889	31	APM

Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Nacional, 2020.

Houve processo de leituras de cada título selecionado. A partir da historiografia que trata da escravidão e abolição da escravatura no Brasil, a leitura do acervo levantado foi guiada pela procura dos termos “escravidão” e “abolição”, por serem mais comuns em textos sobre a temática proposta naquela época, conforme um teste prévio (leitura dinâmica) em jornais. Cada matéria jornalística, obtida nas buscas, foi recortada digitalmente; identificada por informações elementares no cabeçalho e catalogada em pasta específica (por ano e título). A partir desses procedimentos foi gerado um apêndice contendo informações complementares (APÊNDICE 1).

2. CAPÍTULO 1 - IMPRENSA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX

A presença da Imprensa em Minas Gerais, no século XVIII, reforça a ideia de relevância que tivera a Capitania para além dos fatores econômico e administrativo, que girou em torno da mineração do ouro e dos diamantes até finais do século XIX. O Arraial do Tejuco, atual Diamantina, foi centro econômico importante e espaço privilegiado onde se desenvolveu tipografias. Nesse sentido, entende-se o olhar cuidadoso da Coroa portuguesa para regiões como essa, agindo no controle das riquezas produzidas, onde a comunicação era livre na medida que se dava pelos impressos. A introdução de aparatos burocráticos e administrativos na região diamantinense devido ao crescimento da povoação permitiu que se desenvolvesse de modo acelerado a liberdade de pensamento no âmbito da política, ou sua busca. Pelo motivo de, a longo prazo, a elite local pensar sobre autonomia política e autogestão.

Os jornais como ferramentas auxiliadoras aos documentos oficiais expedidos pela Corte portuguesa foi o meio de comunicação que, numa tentativa falha, deixaria a Monarquia informada sobre o cotidiano e as tomadas de decisão nos interiores das províncias, bem como o cumprimento de suas ordenanças.

2.1. A imprensa diamantinense e o “liberalismo Tejucano”

A demarcação territorial de Distrito Diamantino (atual Diamantina) ocorreu em razão da descoberta do ouro e do diamante na região avistada entre os séculos XVIII e XIX. Não demorou até que a Coroa portuguesa instituisse uma rede administrativa e de fiscalização no denominado Arraial do Tejuco cujo destaque econômico logo mostrou-se relevante. Desenvolvida a atividade de mineração, ao lado da produção cafeeira, destacou-se no período abarcando a mão de obra escrava que tornara pilar no incremento econômico da capitania mineira.

Decorrente disso, a demografia de Minas Gerais aumentou com uma população de 625.224 pessoas, na década de 1830 (CHAVES, 2013). Por condição, 66,77% eram pessoas livres e 33,23% eram escravizados. Sobre a população total, e por condição social, de Diamantina tem-se totalizante pouco mais de dez mil habitantes, sendo 35% escravizados e 65% livres, para o período de 1833 a 1835. Esses dados, especificamente sobre a população total desse lugar, assemelham-se aos dados de Martins (2014), que informa 12.345 pessoas referente ao ano de 1832. As informações trazidas por ambos autores ajudam a dimensionar a urbanização e crescimento da cidade. E traduz a necessidade de setores administrativos e

burocráticos, além do fluxo contínuo de mão de obra escrava para a chave econômica nos espaços de mineração e no habitual urbano, porque, como demonstra Furtado (2006), era comum um (1) escravo para cada núcleo familiar. Desse modo, a economia essencialmente escravista em Diamantina não se restringiu ao trabalho em áreas de mineração. A escravidão incorporou-se ao cotidiano urbano, fazendo parte do núcleo familiar, e a imprensa local, a partir da década de 1860, tratou de discuti-la de modos positivo e negativo.

Em 1828 foi montada a primeira tipografia no Arraial do Tejuco. O primeiro jornal diamantinense impresso nessa tipografia foi *Echo do Serro*. Conforme relata Jairo Faria (2007), de 1823 a 1885 a imprensa se concentrava, para além dos grandes centros, em regiões mineradoras ou em localidades satélites a esta atividade, como: Ouro Preto, Mariana ou Serro. Isso justificaria a presença dos jornais em Diamantina. A construção de tipografias em regiões interioranas do Império brasileiro, como o caso diamantinense, remonta ao contexto histórico que compreende a adesão e adaptação do liberalismo por grupos políticos nas primeiras décadas do século XIX.

Em correspondência recebida e publicada n’*O Jequitinhonha*, em 1868, retrata um pouco sobre a “força histórica” que tinham os liberais no Império e como tal grupo político enfrentou a Imprensa áulica da Corte no início do século XIX. Dos momentos destacados naquela carta, enviada sem identificação do autor, defendia-se a liberdade individual, sendo a Imprensa o espaço de expressão das vontades individuais. Em resposta à “ditadura” sofrida pela tentativa de calar as vozes na Imprensa consta no referido documento que:

“(...) em 1829 fundiram-se tipos na Diamantina e surgiu protestando contra o despotismo de D. Pedro I o *Echo do Serro*. Do *Echo* era correspondente na Corte o mesmíssimo indivíduo que ora se alista em defesa das mesmas ideias [*liberais*] como colaborador do *Jequitinhonha*. (...) com verdadeira efusão de minha alma que eu saúdo a nova aparição do simpático *Jequitinhonha*, e levanto um brinde entusiástico aos liberais da Diamantina”. (*O Jequitinhonha*, Correspondência, Diamantina, 08 de novembro de 1868, anno 8, n. 13, p. 2).

Esse texto enviado ao jornal foi em momento específico para os liberais diamantinenses, porque o ano de 1868 representou a volta do Jornal à cidade após os quatro anos de mandato político de seu redator Joaquim Felício dos Santos. Além disso, esse jornal de ideologia liberal representava o grupo de liberais que buscavam por reforma na forma, na política e no setor econômico do Império, visando o “progresso nacional”.

Além das discussões políticas do âmbito nacional, os jornais diamantinenses traziam assuntos de interesse público mais direcionados. Martins (2010) enfatizou, por exemplo, o papel dos tropeiros e do Mercado Municipal de alimentos para o abastecimento da cidade. Na década

de 1870, a crise da mineração gerou crises que ultrapassaram a economia, impactando o setor alimentício. O baixo preço dos diamantes, comparado ao quadro internacional, diminuiu o poder de compra dos diamantinenses que viviam dessa renda. O *Monitor do Norte*, em 1875, tratou do assunto denunciando em favor da classe mais pobre da região sobre a falta de acesso e compra de alimentos. Conforme o jornal, o mercado de alimentos na cidade era o único espaço que promovia uma “integração social”, pois todas as classes se encontravam nesse ponto da cidade. Contudo, com a crise alimentícia, tal espaço passou a ser visitado apenas pela elite detentora de maiores bens.

A modernidade em Diamantina, no final do século XIX, foi outro tema presente na imprensa diamantinense e tida pelas elites locais como dilemas entre a modernização urbana e rural. O *Município*, o *Sete de Setembro* e o *Cidade Diamantina* mostram, por exemplo, como as camadas mais abastadas estiveram preocupadas com a “civilização” e o “progresso” no Norte de Minas Gerais (ALCANTRA, 2015; GOODWIN, 2015). Em suas matérias, os jornais buscavam representar a cidade como uma urbe “civilizada”, espelhada nos grandes centros. Por outro lado, a presença de grupos subalternos deslocados dessa “civilização”, negros escravizados e libertos, “atrasavam” o ritmo de mudança urbana impedindo o alcance do “progresso”, tema muito presente no *Sete de Setembro* a partir de 1887.

Em matéria de imprensa, Jairo Faria (2007) aponta que apenas a partir de 1885 surgiu o jornal informativo e literário. Apesar disso, dos jornais diamantinenses aqui mencionados, como *O Jequitinhonha*, desde a década de 1860 já publicava textos de cunho literário como a sessão intitulada “Páginas da história do Brasil escrita no anno de 2000”. Essa coluna tratava de pensar a história do Brasil pela ótica do redator do jornal: Joaquim Felício dos Santos. Político, historiador e jornalista, Santos comandou *O Jequitinhonha* tendo-o fundado em 1860. O jornal era liberal e, a partir de 1870, republicano. Nos primeiros anos de seu funcionamento, Santos buscou ingressar na política provincial a fim de ocupar o cargo de deputado geral, o que de fato ocorreu em 1864. O jornal então cessou suas atividades no ano em que é eleito, em 1864, e seu retorno se dá quatro anos mais tarde, em 1868. Naquele momento já aderiu ideologias do partido republicano, que se funda em 1870. Santos seguiu como redator até 1871, e o jornal deixou de funcionar em 1873.

Em sua primeira edição, em dezembro de 1860, *O Jequitinhonha* já demonstrava posição favorável a implementação de uma indústria em Diamantina, o que marca um liberalismo econômico e a transição gradual do trabalho escravo para o livre. Sua chamada era

“À lei seu império, aos homens sua dignidade” (tradução nossa)⁴. De viés liberal, tecia fortes críticas ao reinado de Dom Pedro II, propondo a descentralização do governo monárquico. Também denunciava a falta de recursos voltados às províncias, motivo que respondia a falta do “progresso nacional”, pois sem o emprego do capital era dificultoso o desenvolvimento industrial, sobretudo, nos interiores. Essa era a pauta caracterizante da ideologia liberal defendida por aquele Jornal.

Sobre escravidão, destacam-se o número de matérias voltadas aos anúncios de fugas escravas na região de Diamantina, o que direcionam interesses econômicos do jornal ao ceder espaços às demandas dos senhores e políticos que pagavam pelas postagens e disponibilizavam recompensas, contribuindo assim para a manutenção da tipografia local.

Antônio Eulálio fundou o *Sete de Setembro* em 1886 e este funcionou até o ano de 1889. Era um periódico de política conservadora, onde sua chamada “Liberdade perante a lei” (tradução nossa)⁵ remetia à liberdade política. A partir de 1888 sua redação passou para Theodoro de Sousa Lima e na 16ª edição daquele mesmo ano, Delfin Juventino Rollim tornou-se editor chefe. Embora sofresse rotatividade constante sobre a coordenação desse Jornal, a ideologia conservadora, assim como os projetos políticos para a região, permaneceu a mesma.

As principais pautas defendidas pelo *Sete de Setembro* eram a permanência da escravidão em Diamantina, devido ao problema do atraso no desenvolvimento da região norte de Minas Gerais. Na percepção desse Jornal, Dom Pedro II negligenciava a cidade, sobretudo, após a crise da mineração, em 1870, principal atividade econômica da época. Com a falta de indústrias consolidadas em torno da importação e exportação agropecuária na região e com a abolição escravista em curso, a preocupação dos políticos conservadores era a de que a localidade pereceria e, ao mesmo tempo, a desordem social tomaria aquela sociedade. A ênfase maior sobre a valorização do trabalho escravo, num esforço ideológico por moldar uma postura centrada no trabalho “regular”, “honesto” e “bem-comportado” foi, em quase sua totalidade, a justificativa por trás do discurso pró-escravista defendido pelo Jornal onde o negro promovia “trabalho e ordem” estando escravizado, ao passo que sua liberdade causaria “desordem e queda da economia”.

Luiz Antônio dos Reis fundou o *17º Districto* em meados de 1885. A tipografia situava-se na rua Tiradentes, nº 35, em Diamantina. Defendia uma ideologia liberal, tendo por chamada

⁴ *O Jequitinhonha*. Diamantina, 20 de janeiro de 1861, anno 1, n. 3, p. 1. “*A la loi son empire, aux hommes leur dignité*”.

⁵ *Sete de Setembro*. Diamantina, 24 de setembro de 1887, anno 2, n. 3, p. 1. “*Sub lege libertas*”.

“Liberdade em vez de escravidão” (tradução nossa)⁶, referenciada ao historiador e romano Públio Cornélio Tácito⁷. O projeto deste periódico culminava em divulgar as ideias políticas liberais e emancipacionistas na cidade, como no norte da Província de Minas Gerais. Suas principais campanhas envolviam a questão da abolição, os projetos antiescravistas e o desenvolvimento local.

Em 1874 surgiu o *Monitor do Norte* editado por José Sebastião Rodrigues Bago. Sua chamada intitulava-se “Não se admitem testas de ferro”⁸. No ano de 1876, esse jornal passou a ter como redator Delfim Juventino Rollim. Em 1879, fundiu-se a outra imprensa, o *Atalaia do Norte*. Este periódico em específico pertencia ao “Órgão Cathólico” de Diamantina, mas conforme citado pelo *O Jequitinhonha*, também compartilhava ideologias liberais. Tratava-se de um grupo político liberal religioso que movia discussões sobre a “Geração de 1870”.

Assim, a política ligada aos jornais não era algo incomum no século XIX. A Imprensa foi o espaço responsável por grande parte dos debates em torno de questões polêmicas, como a abolição da escravatura, por aqueles que tinham o privilégio de ocupar os espaços das letras ou recursos suficientes para manter sua tipografia. Especificamente na segunda metade do século XIX, torna-se mais perceptível a relação entre a política e o jornal, haja vista que a cultura daqueles que se formavam em cursos de Direito, condição que os integravam a elite política e oportunizavam a ocuparem cargos públicos, expuseram livremente suas ideologias e posições contrárias ou não a Monarquia e ao sistema escravista. É o caso de Joaquim Felício dos Santos e de João da Mata Machado: responsáveis pelos *O Jequitinhonha* e o *17º Districto* respectivamente, também do *Monitor do Norte* e o *Sete de Setembro*. Ambos constituíam a geração de 1870 e reconheciam por e nos jornais os processos abolicionistas encabeçados pelas elites políticas, em maior grau liberais, que tornaram a questão da emancipação escravista impossível de se impedir.

2.2. Liberalismo, escravidão e jornais

A partir de 1808 medidas burocráticas e administrativas para regular a circulação de informação e comunicação no âmbito dos impressos foram tomadas com a implementação da Impressão Régia. A Família Real portuguesa deveria estar desconfiada de que qualquer debate

⁶ *17º Districto*. Diamantina, anno 1, nº 1, 12 de julho de 1885, p. 1. “*Libertas potius servitio*”.

⁷ Tácito era um historiador romano ligado à política, cujos textos escritos inclinavam-se à moralização, além de seu interesse pela retórica dos discursos oficiais. Ainda, esse autor discorria sobre a decadência moral, sendo ainda lido na historiografia romana (HUBNER, 2019).

⁸ *Monitor do Norte*. Diamantina, 27 de dezembro de 1874, anno 1, n. 3, p. 1.

no âmbito dos periódicos, sobretudo em momentos de tensão política. Como instrumento de mobilização social, os jornais eram veículos comunicadores de ideologias experienciadas pela sociedade europeia na Revolução Francesa. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que a Imprensa é tida como aparelho difusor de ideias e disputas.

As instituições “escravidão” e “Imprensa” oitocentistas ligavam-se às ideias liberais europeias absorvidas pela política imperial no início do século XIX. O termo liberal vem do latim *liber* (livre). Nas sociedades guiadas e governadas pelo Antigo Regime, cujo governo é absolutista, a filosofia política daquela expressão limitava o poder, visando os direitos individuais. Tais ideias em torno do liberalismo surgiram no século XVII e XVIII, que propunha limites do poder político, visto que devia haver um distanciamento entre a figura do rei e um governo tirânico. Isso porque um monarca tirano, a longo prazo, causa o descontentamento dos seus súditos. No caso brasileiro, a Família Real no século XIX presava pela manutenção do *status quo* persistente desde o período moderno, o Absolutismo, que na segunda metade do mesmo século fora posto em descrédito na Imprensa.

Os homens de carreira política, notáveis servidores públicos, que haviam desempenhado igual papel a mando da Coroa portuguesa durante o período colonial, inspiraram-se no liberalismo europeu para equilibrar a administração no País independente. A primeira decisão de cunho liberal foi adotar uma Monarquia Constitucional, cuja se equilibrava a antiga e a nova ordem política. Nesse momento, a pauta da escravidão foi estrategicamente ignorada. Por um lado, não queriam que se repetisse os espectros da Revolução Francesa ou da revolta de escravizados no Haiti; de outro lado, era necessário o poder do imperador e o controle dos súditos. É importante ressaltar que, embora o Brasil estivesse importado as fórmulas políticas do liberalismo europeu⁹, no Império essas ideias foram adaptadas a partir da realidade brasileira (COSTA, 1999). Em termos de instituição escravista, apenas a partir de 1830 sofreu relativa mudança com a pressão britânica para o fim do tráfico transatlântico, concluindo em legislação que, apenas em 1850, foi obedecida com maior rigor pelos brasileiros: a Lei de 1850.

O liberalismo brasileiro, no entanto, evidenciou uma contradição. Tal paradoxo é visto pelos liberais que tinham interesses na economia de exportação e importação, sendo em sua

⁹ Na definição de Costa (1999): “na Europa, o liberalismo foi originalmente uma ideologia burguesa, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial. As noções liberais surgiram das lutas da burguesia contra os abusos da autoridade real, os privilégios do clero e da nobreza, os monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre. Na luta contra o absolutismo, os liberais defenderam a teoria do contrato social, afirmaram a soberania do povo e a supremacia da lei, e lutaram pela divisão de poderes e pelas formas representativas de governo. Para destruir os privilégios corporativos, converteram em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade. Aos regulamentos que inibiam o comércio e a produção opuseram a liberdade de comércio e de trabalho...”. (COSTA, 1999, pp. 132-133).

maioria proprietários de terra e de escravizados. A intenção desses homens que se pretendiam liberais, mas mantinham as estruturas sociais e econômicas características do Absolutismo, eram justamente opostas ao pensamento liberal europeu. De modo que, os brasileiros adeptos ao pensamento liberal econômico tinham como objetivo principal somente a emancipação política colonial (COSTA, 1999; PARRON, 2011).

Desse modo, o liberalismo político defensor da livre circulação de ideias no Brasil também teve inspiração estrangeira, sobretudo da Reforma Protestante. Nesta última a filosofia pregava a liberdade do sujeito em comunicar-se com o Divino a partir da leitura e interpretação de textos religiosos, sem intermediários. No Império brasileiro, preso as tradições absolutistas, era sabido que fatores como esses poderiam voltar-se contra a Monarquia, com o risco da sociedade pensar e tomar decisões a partir das leituras de jornais, por exemplo, onde se tinha uma variedade de olhares sobre pautas públicas.

A Imprensa Régia, por pouco tempo, conseguiu controlar a circulação de impressos na Corte no início do século XIX, pois intentava modernizar o País aos poucos, valorizando assim a imprensa. Contudo, mantinha conservada a antiga ordem política e social. No Segundo Reinado era impossível supervisionar todos os títulos de periódicos produzidos no Império, bem como a política pregada por cada um deles (SORDRÉ, 1999).

Ao longo do período imperial brasileiro formou-se de dois grupos políticos: os liberais e os conservadores. Especificamente, a partir de 1837 os partidos políticos foram mais bem organizados no âmbito público. Na segunda metade do século XIX surgiram o Partido Progressista, em 1864, que mais tarde culminou no Partido Republicano, em 1870. Entre as décadas de 1830 e 1840, as ideias liberais orbitavam entre a demanda por maior descentralização do poder e, a partir de 1860, passou-se a discutir as liberdades civis, a participação política e a reforma social. Os conservadores, no caminho oposto, defendiam a concentração do poder monárquico da política no Rio de Janeiro e o controle da magistratura (CARVALHO, 2019). Em consequência, na segunda metade do século XIX entrou em ebulição os grupos políticos que, junto a expansão de títulos de jornais, escapou do controle da Monarquia e consolidou os partidos políticos.

O Partido Liberal foi constituído em 1869 e a partir desse momento o grupo político apresentou novos programas, dentre eles: um conselho de Estado voltado apenas à administração, o fortalecimento das ideias de liberdade de consciência, de educação, de comércio, de indústria e a abolição gradual da escravidão¹⁰. A participação dos liberais nos

¹⁰ A Lei do Ventre Livre, de 1871, foi o primeiro projeto proposto e aprovado, tornando-se lei que previa a liberdade das crianças nascidas de mãe escravizada quando completasse 8 anos de idade ou após completados 21 anos de

debates em torno da emancipação escrava a partir de 1860, em Diamantina, se deu por meio do *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879) e *17º Districto* (1885-1886), mas tendo seus projetos contrapostos pelos conservadores vinculado ao *Sete de Setembro* (1887-1889).

O aumento de títulos de jornais no Império se deu de modo acelerado devido a demanda das províncias e seus interiores por administração real. Por esse motivo a interação da Corte com as capitanias foi facilitada por intermédio dos periódicos, decretos e demais documentos reais. O primeiro jornal oficial do Brasil foi *Gazeta do Rio de Janeiro*, inaugurado em setembro de 1808, e seu conteúdo era sobre a sociedade europeia que, às vezes, teve páginas voltadas aos interesses restritos da Família Real de modo que distanciava da realidade da Colônia. No Rio de Janeiro, alguns jornais como *O Patriota* (1813-1814) e o *Correio Braziliense* caracterizaram a primeira leva de impressos que discutiam a sociedade brasileira (SODRÉ, 1999).

O número de jornais cresceu de modo controlado no início dos Oitocentos pela vontade do Império brasileiro em manter o Absolutismo como modelo de governo em todas suas províncias. Em contraponto, foi recorrente o cômputo de impressos que entravam clandestinamente no Império que, consequentemente, alimentou o liberalismo no campo das ideias. A censura e o fechamento de tipografias pela Imprensa Régia limitaram o acesso das pessoas aos periódicos, mas não o impediu totalmente. Depois da *Gazeta do Rio de Janeiro*, na Bahia surgiu *Idade de Ouro do Brasil*, em 1812. Esses jornais, dentre muitos outros, instruíam o patriotismo na sociedade imperial com a finalidade de promover certa unidade nacional que passava por instabilidades.

Logo, no século XIX prevaleceu tensões entre absolutismo e liberais, sobretudo, em torno do quadro político e econômico do Império brasileiro independente que se mostrou particular ao europeu. No Brasil, *O Patriota*, adepto ao liberalismo, buscou moldar uma esfera pública cultural a qual Marco Morel (2007) intitula de “república das letras”. A política do jornal dava indício ao seu próprio nome, uma vez que deriva do termo “pátria” que naquele momento encontrava-se em voga pelas nações independentes. Entre as definições levantadas por esse autor, tratava-se do “espaço simbólico de utopia e liberdade intelectual”, sendo “um espaço de liberdade intelectual dos sábios, isto é, dos homens letrados e portadores de um juízo racional” (MOREL, 2007, p. 19). Desse modo, a imprensa brasileira das primeiras décadas dos Oitocentos, na perspectiva liberal, buscava a liberdade política. São esses os “homens de

idade, condicionado ao pagamento e cuidados da criança.

imprensa”¹¹ que prevaleciam no espaço da comunicação, pelo menos até finais do século XIX, fazendo política.

A partir de 1860, os jornais diamantinenses, como *O Jequitinhonha*, *Monitor do Norte* e o *17º Districto* de cunho liberal, buscavam a liberdade política, mas também econômica, visando a sociedade livre. O *Sete de Setembro*, caracteristicamente conservador, ansiava a liberdade econômica sobre o comércio e a indústria, não excluindo a mão de obra escravizada. Essas diferenças dos programas políticos que visavam o “progresso” regional são evidentes a partir de 1860 na imprensa de Diamantina.

Sobre o “liberalismo político” e sua relação com a Imprensa, o estudo d’*O Patriota* realizado por Morel (2007) demonstra a significativa presença dos termos *pátria* e *patriotismo* direcionados à liberdade política defendida pelo jornal, somado as polissemias da Revolução Francesa (1789-1799)¹². Isso significa dizer que o liberalismo político se iniciou, na perspectiva da Imprensa, com a defesa do governo e das instituições. Ou seja, em período pós-independência o País teve de reestruturar sua política interna visando o “progresso” que seu novo *status* promovia; algo que Morel (2007) intitula de *progresso ilustrado*, um falso liberalismo desenhado na Constituição de 1824. Em tradução, “não poderiam retroceder ao chamado tempo das trevas [*submissão do Brasil à metrópole*], mas também deveriam evitar as rupturas e transformações estruturais [*a ordem monárquica*]” (MOREL, 2007, p. 21). No caso brasileiro, até a primeira metade do século XIX, a escravidão se apoiou no liberalismo nacional¹³, contudo, após 1860 esta instituição passou a ser questionada pelos políticos liberais nos impressos.

O liberalismo enquanto ideologia política tinha como pautas o “progresso” e mudanças estruturais em termos econômicos e políticos. Esta vertente se materializou na imprensa diamantinense a partir da década de 1860, cujos jornais passam a defender deliberadamente suas ideias a partir dos grupos: liberal e conservador. Emília Viotti da Costa (1999), Tâmis

¹¹ Terminologia cunhada por Goodwin Júnior (2015) para se referir aos homens e as poucas mulheres que trabalhavam com jornais.

¹² Michel Vovelle (1989) em “A Revolução Francesa e seu eco” discorre sobre a absorção de ideias que surgiram após a revolução pela Europa e o Novo Mundo. O período pós-revolucionário determinou alguns parâmetros, para além da conhecida tríade Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como o “século das luzes” que prevalece nos setecentos, mas remonta em buscas por “progresso” e “civilização” empreendidas por políticos liberais no Brasil nos oitocentos.

¹³ Parron (2011, p. 25) explica que o liberalismo no final do século XVIII e início do XIX tratava de mudanças globais, no sentido da busca de uma economia mundial de livre mercado, além de “estancos e companhias de monopólio acabaram sendo substituídos por tratados comerciais; e conselhos reais absolutistas cederam lugar a governos representativos de Estados nacionais”. No Brasil, entretanto, por muitas décadas permaneceu a agência do absolutismo na política e a escravidão como pilar da economia nacional, enquanto o sistema escravista já se via em desmonte em áreas expressivas: São Domingos, Martinica, Jamaica, Barbados dentre outros.

Parron (2011) e José Murilo de Carvalho (2019) levantam alguns pontos do liberalismo do início do século XIX, como: preocupação com a industrialização e o livre mercado, que se devem a influência europeia e britânica pelo processo acelerado após a Revolução Industrial e tratados de livre comércio.

Tais anseios sobre o liberalismo econômico eclodem n’*O Jequitinhonha* (liberal e republicano), na década de 1860 e 1870, e no *Sete de Setembro* (conservador) na década de 1880, nas quais ambos discutem sobre industrialização e comércio local, mostrando que a ideologia passou ao longo de todo o século XIX. A partir de 1870, em Diamantina se marca a crise da atividade de mineração e os impactos da abolição gradual da escravidão, sobretudo, pela Lei do Ventre livre. Algumas urgências tratadas pelos jornais giravam em torno da cidade estar localizada no interior da província mineira, sendo difícil seu acesso aos grandes centros, assim como a falta de trajetos para transporte de utensílios e ferramentas para a indústria.

Parron (2011), ao observar o Rio de Janeiro das primeiras décadas do Novecentos, expõe os problemas que a industrialização, a urbanização e o crescimento populacional geraram e, além disso, a dependência dos países aos fornecedores externos de artigos para a indústria, ou seja, a dependência do Brasil em matéria de desenvolvimento industrial. Em Diamantina, a partir de 1887, o *Sete de Setembro* trouxe essa problemática evidenciando os problemas de acesso e de transporte dos artigos para desenvolver a indústria na cidade.

A região mineira teve grandes lucros por meio da mineração até a década de 1870. A partir de 1875 recebeu destaque como “Atenas do Norte” devido aquela cidade possuírem ativas algumas indústrias e variedades no que tange o mercado de alimentos. Em razão disso, visualiza-se que o processo gradual de emancipação fez com que acelerassem projetos em torno da economia local, visando o trabalho livre. Os conservadores diamantinenses corroboravam com o desenvolvimento industrial, mas na perspectiva do grupo tal cooperação somente se efetivaria com a permanência da mão de obra escravizada. A abolição da escravatura, portanto, era tida como contrária ao “progresso” nacional.

Quanto à industrialização e ao desenvolvimento urbano em Diamantina, Marcos Martins (2016) aponta que o declínio da atividade de mineração, característica da história mineira, aconteceu a partir de 1870. Essa falência se deu, sobretudo, devido a perda da mão de obra escravizada e da escassez das pedras preciosas e metais, além da descoberta de diamantes na África. Isso fez com que a *burguesia do diamante* (homens que fizeram fortuna por meio da mineração) buscasse apostar em comércios e indústrias, ainda que prevalecessem eventuais desafios como, por exemplo, a distância dos grandes centros e as dificuldades de locomoção.

Na segunda metade do século XIX, na cidade diamantinense haviam lojas e armazéns

que serviam as classes sociais mais abastadas e as menos favorecidas. No século XIX, podemos citar como exemplos o empreendedorismo pioneiro que havia se dado com a fábrica de bebidas do Comendador Serafim Moreira Silva, em 1875. No mesmo ano, o político liberal João da Mata Machado, figura permanente no *17º Districto* e que tivera feito fortuna com a mineração, fundou a indústria de lapidação de diamantes: a Formação, em 1875 (MARTINS, 2016). O *Sete de Setembro* anunciava também a chegada de uma Fábrica de Chapéus, encabeçada por Leonel Toletino Monteiro Filho e Antônio Morcira da Costa, cujo funcionamento se daria em julho de 1887¹⁴. Mais tarde funcionaria outras duas fábricas: Motta e Cia e Duarte & Irmão, em 1895 e 1890, respectivamente.

Os liberais, Mata Machado e membros da elite diamantinense fundaram a Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas, em 1891, sediada no Rio de Janeiro. Porém, tinha por objetivo a integralização de Diamantina em termos de “estrutura de gestão, transporte, financiamento e comercialização” (MARTINS, 2016, p. 16). A partir disso, sobre “progresso” e industrialização regional e local pode-se dizer que os políticos conservadores e liberais, na imprensa diamantinense, comungavam da ideia de liberalismo econômico. Isso porque os projetos se mostravam presentes em ambos os jornais (conservador e liberal), mas sofria atravessamentos por causa da emancipação dos escravizados. As ideias sobre escravidão e liberalismo, ao se cruzarem, mostravam-se incompatíveis.

2.3. O avanço da abolição

A partir de 1860, a escravidão no Brasil era livremente debatida na Imprensa. Foram votados e aprovados projetos emancipatórios após o fim do tráfico transatlântico de escravizados, em 1850. Na década de 1880 reuniram, portanto, importantes marcos para a política antiescravista encabeçada pelos políticos com a finalidade de priorizar o desenvolvimento econômico do País. Em 1850 fora derrubado o tráfico transatlântico de africanos; a aplicação da Lei do Ventre Livre (1871) e a liberdade dos escravizados maiores de 60 anos, em 1885. Todos esses processos culminaram na formalização da abolição da escravatura de 1888.

A título de exemplo, em Cachoeiro de Itapemirim na Província do Espírito Santo, os senhores já se viam cientes do processo emancipacionista e das possíveis consequências no setor econômico. Diante do sabido, os próprios senhores abraçaram gradativamente seus

¹⁴ Sete de Setembro, *Noticiário*, Fábrica de Chapéus. Diamantina, 02/04/1887, p. 2.

escravos demarcando a transição ao trabalho livre. Os periódicos *O Constitucional* (conservador) e *O Cachoeirano* (liberal) circulantes naquela província, foram o espaço de discussão. Apenas o segundo deles, de cunho liberal, focou na questão escravista, sobretudo, reforçando as alforrias concedidas pelos senhores (MARTINS, 2002). Sob um discurso liberal, a escravidão foi tida como um problema a ser resolvido pelos senhores no interior provinciano, sendo feitas ações antes de intervenção direta do Estado.

Em Diamantina, o *17º Districto* de tendência liberal apoio o mesmo movimento emancipatório dos senhores antiescravistas, com apoio político de Mata Machado. Nesse jornal, nos anos de 1885 e 1886, são inúmeras as matérias cujos conteúdos mostravam o acesso a liberdade de alguns escravizados. As liberdades concedidas aos cativos, neste jornal, relacionavam-se a “benevolência” dos senhores ou pela “boa vontade” do Ministro do Exterior.

A possibilidade de reconstruir a trajetória vivida pelos escravizados a partir dos jornais oitocentistas pode ser feita na tabulação de dados referentes aos conteúdos de anúncios de fugas, venda, compra, aluguel de escravos, agressões, crimes, informações sobre alforrias, censos de população, bem como de associações abolicionistas (REIS, 1990). Esse método torna-se eficaz, uma vez que a leitura objetiva mostrar a agência escrava no processo da abolição, em que anúncios de fugas, a título de exemplo, trazem informações pertinentes sobre o escravizado (ex.: descrição física, vícios e costumes, localização, etc.).

O Jequitinhonha publicou ao longo da década de 1860 inúmeras matérias sobre fuga escrava desse tipo, cujas características citadas são presentes. Os anúncios de fuga e venda de escravizados no referido jornal costumavam ocupar as últimas páginas e, em alguns casos, um mesmo escravo ressurgia na matéria, indicando que a resistência de fato se dava. O jornal *A Imprensa de Cuyabá*, entre 1860 e 1865, também repercutia anúncios de fugas dos cativos, corroborando para a ideia de que este era o meio de resistência mais recorrente entre os escravizados (PAULA, 2018). Por outro lado, demonstra também a força dessa imprensa a favor dos senhores de escravos que utilizavam dos impressos anunciando a procura dos seus cativos e a recompensa a quem os encontravam, assim como ocorria no *O Jequitinhonha*, nas repartições “Publicações a pedido” e “Anúncios”.

Em fins do Império brasileiro, duas questões tornaram-se latentes: o fim da escravidão e a reforma liberal. As duas questões contribuíram para a queda da monarquia e a implementação de um novo regime de governo: a República. Políticos e intelectuais na imprensa buscaram construir tanto sua imagem quanto a de sua região sobre a busca pelo “progresso” naquele contexto. André Rebouças, intelectual do século XIX, dizia que a imprensa não poderia se abster dessa missão libertária, pois tinha importante papel na instrução moral e

intelectual da Nação. Assim, esse Rebouças criticava abertamente a ordem escravista.

O Paiz registrou em suas matérias a memória que o Rio de Janeiro pretendia construir sobre si e sobre os jornalistas. A construção, por meio do discurso jornalístico daquele período, evidenciou a pretensão dos envolvidos na causa emancipacionista em se colocarem como responsáveis pelo “desenvolvimento do país”, do “transporte da verdade” e do “progresso da nação” (PESSANHA, 2013). Como foi dito, a imprensa diamantinense não ficou a par da situação, tendo em vista que o *Monitor do Norte* e o *17º Districto* regularmente publicavam matérias denunciando o fato da permanência da escravidão ser o motivo do “atraso progressista” e da falta de “civilização”.

Na Província de São Paulo, a partir de 1880, o jornal *A Redenção* passou a denunciar a escravidão, assim como aqueles que dela cooperavam. Nesse jornal em particular, eram avistados projetos abolicionistas, porém estes não chegavam à Câmara. Ainda assim, nele foi consolidado o Club Abolicionista de Jacareí, movendo um embate político moderado sobre a questão (CAPUCCI, 2011). O jornal se pretendia abolicionista instruindo a libertação dos escravizados por meio da condicionalidade, ou seja, a continuidade do trabalho, mas com o recebimento de pecúlio. Para o mesmo período, o *Sete de Setembro* inclinava-se ao mesmo projeto, pois os conservadores mostravam-se contrários à libertação com o receio de que perderiam a mão de obra escrava. Contudo, viam que era inevitável a chegada da emancipação.

Nesse sentido, na província mineira os jornais mostram que a abolição se deu a partir de distintos processos libertários. Houvera a ação dos sujeitos escravizados em brechas no sistema escravista como o acesso à justiça, pelas fugas ou seu envolvimento com instituições políticas na mediação entre senhores e escravos e pelos Clubes Abolicionistas. O debate em torno da economia sobressaiu a outras pautas, como mostra o jornal *Monitor Sul-Mineiro*, focando a falta de mão de obra (SOBRINHO, 2014). Essa resposta sobre a força de trabalho em risco dificultou e relativizou todos os passos em direção à abolição escravista, também discutida no *O Jequitinhonha* e no *Sete de Setembro*, uma vez que a emancipação escrava foi tida nessas imprensas como prejudicial a ordem estabelecida. Ademais, a sociedade teria de lidar com a “desordem social” e os “perigos” trazidos pela população negra livre.

Os jornais publicados no Espírito Santo trataram sobre a liberdade do negro. Ao estudá-los, Nunes (2018) demonstra a crescente interação entre cativos e livres das décadas de 1870 e 1880. Após 1888, parte da população negra liberta optou por continuar no meio rural, alimentando o projeto ideológico de liberdade condicionada, seguindo as estratégias dos senhores, mas também devido à falta de projetos que os incluíssem na sociedade. As matérias dos jornais desta província denunciavam esses tipos de ocorrências, se posicionando contra a

sociedade escravista e ainda buscava afastar a cidadania dos libertos. Especificamente na década de 1870, em Diamantina, o *Monitor do Norte* denunciava esse afastamento do sujeito escravizado da “civilização” que a instituição escravista promovia. Para o referido impresso, com discurso religioso, a escravização era uma herança que devia ser vencida e os negros deveriam ter sua humanidade resgatada.

Das peculiaridades da política emancipacionista do Império brasileiro no século XIX, destaca-se a abolição do regime escravista no norte do País, sobretudo em Ceará, em 1884, antes da assinatura da Lei Áurea de 1888. Esse evento acirrou ainda mais os conflitos ideológicos sobre o assunto em ebulição na Imprensa da Corte. Essa prerrogativa foi confirmada a partir de uma comparação entre os discursos abolicionistas presentes nos jornais cearenses com os jornais cariocas, publicados na década de 1880 (FERREIRA, 2010). A imprensa carioca por muito tempo buscou neutralidade em seus posicionamentos políticos, sobretudo, quanto ao regime de escravidão. De modo que, quando o debate chegou às ruas da Corte, foi inevitável a comparação com a Província do Ceará. O receio da adesão abolicionista influenciar as demais províncias do Império, como ocorrera no Norte, corroborou para o andamento do projeto de abolição da escravidão.

A Imprensa esteve presente ao longo da construção do Estado Imperial brasileiro no século XIX. Até a primeira metade deste século, a Imprensa focalizou menos a instituição escravista, uma vez que enfatizou na unidade política do Brasil e, principalmente, a consolidação de um partido político que representasse os interesses do Governo, ou seja, o *status quo* à luz da “modernização” e do “progresso”. Por isso, havia a permanente tensão entre os partidos políticos: conservadores e liberais.

Tais atritos são mais bem percebidos a partir da década de 1860, devido a exigência por uma reforma política liberal que abriu margem para que a imprensa trouxesse pautas como abolição escravista. As discussões em Diamantina não distanciavam das ocorridas em outras partes do País, pois cada província, assim como seus interiores, tinha os mesmos objetos: o desenvolvimento econômico local e a transição para o trabalho livre.

2.4. Algumas questões sobre a escravidão na década de 1860

Em 30 de novembro de 1861, a primeira página do jornal liberal *O Jequitinhonha* fora estampado a matéria intitulada “A escravidão no Brasil”, pelos redatores Joaquim Felício dos Santos e Francisco José Ferreira Torres. Essa matéria tinha o intuito de chamar a atenção dos

legisladores do Império para o fato de “quando em todos os países civilizados arma-se uma cruzada contra essa instituição das eras pagãs, o Brasil cruza os braços”. Não queriam a abolição da escravidão imediata, pois reconheciam que “a extirpação do cancro, quando muito profundo, debilita o enfermo, e pode trazer como consequência a morte”. Os redatores já adiantavam os problemas econômicos que a falta de mão de obra iria causar em Diamantina e, por isso, sugeriam “que pouco a pouco se procure [*procurasse*] aplainar o terreno e prepará-lo para receber a semente”¹⁵. Em possível tradução, essa semente seria adotar estratégias econômicas como a industrialização e mercados na região, ao passo que a liberdade chegasse a toda população negra.

Em igual matéria, os redatores criticaram a Lei nº 4 de 10 de junho de 1835¹⁶ por dois vieses: na perspectiva dos escravistas o escravo era “coisa” e não gozavam de direitos civis, por isso, a lei que os fosse punir [os senhores] afastariam os escravos do princípio que os regiam. Santos e Torres rebateram os argumentos dos escravocratas esclarecendo que, se o escravizado era tratado como “coisa”, nenhuma lei poderia o ferir. A contradição se deu quando se aprovou uma lei em que os sujeitos escravizados eram tidos apenas como ferramentas de trabalho. Ora, se há regimentos a serem seguidos, esse grupo alcança um status, ainda que mínimo, de cidadania. Assim, o escravo sendo um “homem comum”, a mesma lei deveria valer para todos os cidadãos, sendo punidos escravizados e senhores na ocorrência de crimes que dispõe a lei. Para o Brasil alcançar a “civilização”, ainda com a instituição escravista ativa, na posição do jornal, haveria de estabelecer o Direito Romano, que “cumpre considerar o escravo como homem”¹⁷.

Em 7 de dezembro de 1861, o jornal volta à questão da Lei de 1835 e como ela atingia apenas os escravizados. Na matéria foram dados exemplos pragmáticos na busca por uma reforma na legislação que regia a escravidão. Dois crimes de assassinatos envolvendo réis escravos, embora absorvidos pelo júri, corroboravam a distância no tratamento jurídico que envolvia réus e senhores. No primeiro caso, o senhor Antônio Pereira Cardozo havia ordenado um grupo de escravos a cometerem assassinatos, na cidade de Lorena. O segundo caso ocorreu em Diamantina, época de publicação da matéria, na qual um escravo matou seu senhor a mando de sua senhora. *O Jequitinhonha* colocou em questão o quadro em que foi a júri os escravos por ter cometido os crimes, mas que tiveram seus depoimentos invalidados pelo *status* jurídico

¹⁵ **O Jequitinhonha**. A escravidão no Brasil, Diamantina, anno 1, n. 42, 30 de novembro de 1861, p. 1.

¹⁶ Esta lei determinava a punição de escravos que matarem, ferirem ou cometerem qualquer ação ofensiva contra seus senhores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm>. Acesso: 02 de maio de 2020.

¹⁷ **O Jequitinhonha**. A escravidão no Brasil, Diamantina, anno 1, n. 42, 30 de novembro de 1861, p. 1.

social que ocupavam, o de “não-cidadão”. No Tribunal, restavam-lhe “somente provar que resistiu para não cometer o crime, mas como? Se o senhor dispõe de todos os meios para abafar a voz da inocência, se ele é sempre o forte, e o escravo sempre fraco?”¹⁸. Foram esses os questionamentos levantados naquele noticiário, argumentando que a justiça deveria julgar também os senhores.

Em finais de 1861, *O Jequitinhonha* publicou novamente uma matéria intitulada “A escravidão no Brasil”, na qual os termos “progresso” e “economia” são tratados como problemas e como resolução da problemática da abolição. Foi escrito: “desejamos, é verdade, a abolição, mas que ela marche prudentemente, como deve caminhar todo progresso estável e duradouro, queremos que ela na sua marcha acompanhe o estado do país”¹⁹. Viam que o Império caminhava a curtos passos em direção ao “progresso” e que o setor industrial ainda não tinha se desenvolvido completamente. A abolição total seria um “imenso sacrifício, que nossas finanças não poderiam suportar”²⁰. Era reconhecida a economia que a atividade escravista trazia para o Brasil naquele momento, principalmente devido aos produtos de importação e exportação de longa data, como o café (COSTA, 2010). Das propostas abordadas pelo jornal, “o único meio possível [...] seria a desapropriação”, mas isso mexeria com os cofres públicos “a qual viria agravar o tesouro”²¹. *O Jequitinhonha* relacionava o progresso econômico a “civilização” brasileira, o empobrecimento da nação significava o empobrecimento das elites. Estas últimas eram parâmetro de “civildade” e responsáveis pelo “progresso” nacional.

Após pronunciamento de Dom Pedro II, em meados de 1869, para as nações estrangeiras ao final da Guerra do Paraguai, Itaborahy e Antão (escravistas políticos) lançaram as questões: “a emancipação é uma bela ideia, mas quem há de plantar o café? [...] E a cana?”. Essas duas questões serviram como argumentos para escravistas dependentes de ambos os produtos; assim, votavam para que a escravidão permanecesse. Dom Pedro II, em jogo político diplomático, voltou atrás em sua “declaração abolicionista”.

O Jequitinhonha escrevia que a opinião popular não tinha valor em momentos decisórios, mas que a credibilidade dos discursos reais também estava em descrédito. “O povo”, conforme o jornal, “vai infelizmente compreendendo que nada há a esperar de cima” e, por isso, “vai trabalhando por conta e risco”. Os escravocratas vinham em mente o abolicionismo gradual dependente da economia escravista, “em vez de confiar o seu corpo infeccionado à medicina

¹⁸ **O Jequitinhonha**. 7 de dezembro, Diamantina, anno 1, n. 43, 7 de dezembro de 1861, p. 1.

¹⁹ **Idem.**

²⁰ **Idem.**

²¹ **Idem.** A escravidão no Brasil, Diamantina, anno 1, n. 45, 19 de dezembro de 1861, p. 1.

expectante de barbeiros ignorantes, vai [foi] purgando, e levando, como pode, a lepra da escravidão”²². Poderiam até reconhecer o mal que a permanência da instituição escravista promovia, mas sem projetos efetivos que abarcam ambos os lados, senhores e escravos, as ações possíveis se davam de modo independente. A questão da abolição estava em curso, ao menos em grande suspeita pelos senhores. O balanço do Imperador, que ora posicionava como abolicionista ora como escravista, não contribuía no que diz respeito à economia. A “lepra da escravidão” havia afetado o setor econômico.

No início da década de 1870, as discussões em torno do que se caracterizaria como progresso, no *O Jequitinhonha*, basearam-se na “fala do trono” dita pelo Imperador, após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Dom Pedro II havia se colocado responsável pelo projeto nacional emancipacionista. Esse jornal, então, debateu o discurso do soberano e dos escravistas que se propuseram. Contudo, no Parlamento ainda reafirmavam que “a escravidão é [era] um fato legal”. Em apoio aos senhores escravocratas, como estratégia política de equilibrar as tensões, Dom Pedro II apoiava uma abolição de modo que fossem indenizados os escravistas.

Retomando ao Direito Romano sobre o direito dos homens, aquele Jornal argumentou que na história nunca se estabeleceu qualquer determinação que subjugasse o homem a outro homem na posição de escravo²³. E esse era a ideologia das “nações civilizadas”, principalmente na Europa. O Brasil transitava em declarações contraditórias, algo como “da noite para o dia o ‘abolicionista’, tornou-se [tornava-se] ‘escravocrata’”²⁴. O Império brasileiro, embora pelo curto momento pós-guerra tivesse sinalizado a abolição, como ocorreu no Paraguai, voltava a ser obsoleto ao manter a escravidão (ALONSO, 2015).

Ao longo da década de 1860, *O Jequitinhonha* discutiu escravidão e liberdade sob o prisma da “civilização” e do “progresso” buscado pela nação brasileira. Na década de 1870, especificamente até o ano de 1873, anos finais se sua circulação em Diamantina, o jornal não publicou mais sobre a instituição escravista, sendo retirados gradualmente os anúncios que referentes à questão. Isso porque os políticos liberais transitaram, na virada daquela década, para o Partido Republicano. Permaneceu, contudo, contendas sobre o progresso da Nação²⁵.

Deste jornal, destaca-se o elevado número de anúncios sobre fuga escrava. Em se tratando de escravidão, os dados elencados na Quadro 4, conforme a historiografia responsável pela temática²⁶, mostram o desmonte do sistema escravista em curso pela ação do escravizado,

²² *O Jequitinhonha*. Elemento Servil, anno 8, n. 6, 5 de dezembro de 1869, p. 1.

²³ *O Jequitinhonha*. Falla do Throno, Diamantina, anno 2, n. 42, 13 de junho de 1869, pp. 1-2.

²⁴ *O Jequitinhonha*. A Nova Phase, Diamantina, anno 8, n. 50, 8 de agosto de 1869, p. 2.

²⁵ *O Jequitinhonha*. Diamantina, anno 12, n. 179, 6 de abril de 1873.

²⁶ Ver: Veras (2015); Silva (2014); Freyre (2012) e Amantino (2006).

algo que o número de fugas escravas corrobora. Além disso, podemos avaliar a ação do escravizado contra o sistema repressor, desmitificando a ideia de passividade dos subalternos frente aos abusos sofridos pela instituição escravista.

Quadro 3 - Distribuição temporal das fugas de escravizados. Diamantina (1860)

ANO	NÚMERO DE FUGAS
1861	13
1862	18
1863	18
1868	4
1869	21
1870	6
Total	80

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Souza, 2019, p. 30.

Podem ser observados, em anúncios deste jornal, os seguintes aspectos sobre os escravizados: frequência das fugas; origem; sexo, idade; características físicas; habilidades profissionais; condições de saúde; maus tratos físicos; alternativas de lugares após a fuga. Em trabalho realizado por Souza (2019), sobre os anúncios de fugas do período 1861 a 1869, observou-se 80 casos naquele periódico, sendo que outros 67 casos correspondiam às fugas dos mesmos escravizados. A “quanto à origem dos escravizados, 67 (83,75%) haviam nascidos no Brasil, denominados de crioulos; o restante, em menor número, 13 eram africanos. Sobre a informação de sexo, 4 (5%) eram mulheres e 76 (95%) homens” (SOUZA, 2019, p. 31):

Quadro 4 - Distribuição temporal das fugas de escravizados, segundo o sexo. Diamantina (1860)

ANO	Nº DE FUGAS	HOMENS	MULHERES
1861	13	12	1
1862	18	17	1
1863	18	18	
1868	4	4	
1869	21	20	1
1870	6	5	1
Total	80	76	4

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Souza, 2019, p. 31.

* Havia seis crianças, consideradas até 16 anos, e treze homens eram africanos no grupo.

O Jequitinhonha apresenta a escravidão como pauta presente na década de 1860 em Diamantina. Foi temática em matérias que ocupavam as primeiras páginas deste jornal, assim como em múltiplos anúncios de fugas escravas que permaneceram até a década de 1870. O posicionamento desse impresso sobre a escravidão no Brasil, enquanto liberais, era abolicionista gradualista, ou seja, defendia-se a emancipação desde que fosse bem projetada, para que não implodisse a economia do Império e que garantisse o “progresso” frente às nações estrangeiras emancipadas.

3. CAPÍTULO II - A ABOLIÇÃO NOS JORNAIS EM DIAMANTINA

Em discursos não existe uma “verdade”, mas uma disputa semântica em torno de “verdades” que se diferenciam a partir do grupo que as lançam nos meios de comunicação. O jornal é um desses meios, uma das possibilidades onde se dá o esforço do leitor em compreendê-lo enquanto objeto simbólico, de desejo e poder. Neste capítulo busca-se compreender sobre o que foi registrado na imprensa diamantinense na segunda metade do século XIX afim de identificar as lutas semânticas em torno do contexto histórico que caracteriza a caminhada final rumo a Abolição da Escravidão. Deu-se ênfase sobre o que foi publicado nos jornais: *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879), *17º Districto* (1885-1886) e *Sete de Setembro* (1887-1888), sobre a temática abolicionista.

3.1. Problemas na década de 1870

A separação da organização religiosa entre Brasil e Roma chegou ao estopim na década de 1870, quando ocorreu o 1º Concílio do Vaticano. Tal conferência religiosa reuniu bispos de todas as partes do mundo com o objetivo de reverem a atuação da Igreja e seus propósitos. Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, e Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, estiveram pessoalmente presentes no encontro (MARTINS, 2013). Neste contexto surgiu o problema para a nação brasileira intitulada a “Geração de 1870”.

Alguns religiosos católicos do Império chegaram à conclusão de que seria positivo o rompimento da Igreja com o Estado, o que permitiria a instituição religiosa buscar por si mesma “o progresso para o país, defendendo o cristianismo como condição essencial” (SOUZA, 2013, p. 49). *O Novo Mundo*, editado em língua portuguesa nos Estados Unidos da América e distribuído no Brasil imperial defendia a ideologia do “progresso” pelo viés reformista. Esse movimento de mudança também ficou conhecido por “Geração de 1870”.

A geração de 1870 foi um grupo de intelectuais diversos que buscaram divulgar e implantar uma nova concepção de mundo. Tal grupo tinha “novas ideias, posturas e diferentes formas de encarar o mundo”, além disso, “fizeram com que o trabalho, a iniciativa individual, a não intervenção do Estado em assuntos econômicos, e principalmente a liberdade, tomasse uma dimensão diferente” (SOUZA, 2013, p. 51). É nesse contexto que veio a luz jornal diamantinense *Monitor do Norte*, de cunho literário, científico e religioso, editado por José Sebastião Rodrigues Bago, circulante entres os anos de 1874 a 1879. Tal periódico fez parte do partido liberal, tendo como ideologia a busca pelo “progresso” da Nação via “civilização”.

O *Monitor do Norte* apoiava a separação da Igreja brasileira com a Igreja de Roma, e essa pauta religiosa esteve presente por motivo de um dos redatores ser membro da paróquia diamantinense. Segundo esse periódico, “a Roma dos antigos romanos”, ou seja, a tradição católica que ainda se seguia, viveu longa história “do seu espantoso barbarismo”. O papismo romano, conforme relatado no jornal, era contra o verdadeiro cristianismo, que para os brasileiros era incumbido de defender a “liberdade e a igualdade do homem em toda a sua plenitude e máximo esplendor”, fazendo referência a dois pilares presentes no discurso propagado após a Revolução Francesa (1789-1799): liberdade e igualdade. O jornal responsabilizava os romanos por estarem “contra a luz, contra a civilização, contra o progresso, contra os padres liberais de todo o mundo”, e que “o papismo ensanguentou a Europa com as suas guerras, com as suas tiranias, com as suas civilizações, e, por milagre, nada civilizou nem na África, nem na América, nem mesmo na China”²⁷.

As ideias religiosas católicas no Império, na década de 1870, passaram por forte crise. O grupo liberal e católico em Diamantina discursava sobre o fim da escravidão, embora quisessem não ser comparados com os políticos abolicionistas, talvez em busca de alimentar uma propaganda humanitária. O conceito de liberdade para esta imprensa destoava do sentido de cidadania, uma vez que propunha a via como um degrau a ser vencido pelo Império para alcançar a “civilidade” e a prosperidade econômica. Nessa ideologia progressista, referenciava-se a Inglaterra e a Alemanha da época.

A crise sofrida pelo partido liberal católico eclodiu quando “os beatos filhos do Papa” ainda negavam o liberalismo. Na perspectiva dos diamantinenses, os liberais podiam não só transigir “com todas as ideias religiosas, mas admiti-las e respeitá-las em cada cidadão, ou em cada homem”²⁸. Embora o *Monitor do Norte* defendesse a união da política com a religião em alguns momentos, o discurso propõe a evidente separação de *status quo* que permanecia na sociedade imperial. Por “cada cidadão”, pensava-se ser o sujeito revestido de privilégios e direitos civis. Por “cada homem” remetia-se aos indivíduos em “processo de civilidade”, que não haviam alcançado o *status* jurídico de direitos civis.

Estava viva ainda a tradição de hierarquização social, prática estabelecida e legitimada pela Igreja e pelo Estado do Antigo Regime. Deste modo, o partido liberal católico buscava um laço entre a política e a religião, desde que fosse benéfico para o progresso econômico. Contudo, não isentavam de críticas a monarquia devido ao “atraso” do País, uma vez que a economia escravista, após o fim do tráfico transatlântico em 1850, tornasse menos rentável.

²⁷ **Monitor do Norte**. Milagre! Milagre!. Diamantina, 9 de maio de 1875, Anno 1, n. 22, página 03.

²⁸ **Idem**.

Comparando Dom Pedro II com o Divino, publicou o *Monitor do Norte*:

“Deus não é e nem pode ser déspota; não é e nem pode ser tirano [...]. Se criou o homem e o dotou de inteligência foi para que aperfeiçoasse; se dotou de consciência foi para que a seguisse; e se lhe deu os instintos de liberdade, não foi para que fosse escravo”. (MONITOR DO NORTE, 1875, p. 3).

Os termos usados pelo *Monitor do Norte*, como: “inteligência”, “consciência” e “liberdade” para a evolução do cidadão e do “homem em construção” [os escravizados], reafirmam quais eram os parâmetros exigidos para atingir o “progresso nacional”. Além disso, apontava características que um bom governante deveria ter; portanto, elementos que faltavam ao Imperador. Sobre os sujeitos civis, o trecho “não foi para que fosse escravo [o homem]”, não corresponde necessariamente a condição do trabalho escravo, mas, possivelmente, de um Império que não havia se livrado de suas próprias amarras pretéritas.

Embora houvesse a separação da Igreja e Estado, a religião e a política estiveram presentes nas matérias do *Monitor do Norte*, haja vista retrataram uma realidade parcial dos escravizados. Matérias e anúncios referem-se, em grande número, a processos de liberdade, descritos como “ato filantrópico”, além de processos-crime em que o escravizado ocupa a posição de vítima e/ou réu.

Dos escravizados citados pelo jornal, identificamos alguns pertencentes à Diamantina, mas também de outras regiões, como: Milho Verde, Serro, Rio Vermelho, Leopoldina, Olhos d'Água, Santo Antônio das Lavras e um da Província do Maranhão. O quantitativo de escravos e libertos, de modo geral, exibiu o escravizado enquanto vítima e/ou réu no impasse do direito à cidadania desses “humanos em construção”, por meio da justiça. No *Monitor do Norte*, são presentes, de forma rica, alguns casos-crime. É ainda relevante dizer que, nesta imprensa, dos 21 sujeitos identificados, 16 são descritos com nomes civis, dois têm suas idades confirmadas e cinco não há menção de nomes, indicando apenas sua região e condição civil e diferenciados como “escravo” para homens e “escrava” para mulheres.

Inicialmente, os estudos acerca da relação justiça e escravidão cresceram, sobretudo, após os anos 1980 cujo interesse dos pesquisadores da temática aprofundaram em apreender as experiências históricas dos sujeitos subalternos. Com esse propósito, os estudiosos daquela geração “identificaram nas fontes judiciais uma importante via de acesso ao cotidiano de escravos, forros e homens livres pobres, aspecto pouco ou nada explorado em função dos enquadramentos teóricos e metodológicos que predominavam até então” (MARTINS, 2018, p. 235). Assim, o crime passou a ser objeto histórico e os escravizados como atores sociais.

De acordo com Sidney Chalhoub (1990), as ações judiciais foram, nos anos finais da

abolição escravista no Império, um fator determinante na perda de legitimidade da escravidão. A partir da década de 1870, os direitos ao pecúlio e a autocompra foram legitimados, assim como outros anteriores já obtidos, por exemplo, a proibição de separar famílias escravizadas e a prática de açoites (CHALHOUB, 1990).

Em 24 de janeiro de 1875, o *Monitor do Norte* na sessão “A Pedido”, denunciou o primeiro caso envolvendo escravizados. Era sobre a separação forçada de um casal no Arraial do Rio Vermelho. Dizia:

Por falecimento de D. Domingas, viúva de João José Lial, no Arraial do Rio Vermelho, passarão a pertencer os escravos Serafim, cabra, e Maria, crioula, casados, à Modesto de Araújo, ali residente. Constando que o dito Modesto, contra a disposição da lei, vendeu a um negociante, também ali residente, a dita escrava, e que vai ela ser conduzida para ser revendida na mata do Rio, ficando assim separados os conjugues, por grande distância, talvez para nunca mais se unirem; constando que Serafim achasse demandando pelo direito de sua liberdade no fórum do Serro, e que também o pretende fazer pela liberdade da dita sua mulher, tanto mais razão para não ser ela separada, chama-se atenção do Sr. Dr. Chefe de Polícia e Promotor Público da Comarca do Serro assim de que seja vedado semelhante abuso ficando ciente o Vendedor, e o Comprador, quem quer que seja, que será denunciado o fato em virtude e com as formalidades da lei, a ser exato o que consta a respeito. (MONITOR DO NORTE, 1875, p. 4).

Encontramos no discurso acima algumas informações importantes para o processo de denúncia movida por aquele jornal. Primeiro, Serafim e Maria são casados, portanto, não infringiam qualquer lei dentro da instituição escravista. Em seguida, o casal foi para a guarda de Modesto de Araújo, que era por lei assegurado pelo testamento de D. Domingas, viúva de João José Lial. Modesto, no entanto, infringiu a lei que proibia a separação de famílias escravizadas, homologada em 1869, vendendo Maria a outro comprador. Num segundo momento, Serafim entra com o processo de compra de sua liberdade, assim como de sua esposa, no Fórum de Serro.

Algo que foi revalidado a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, cujo direito ao pecúlio e a autocompra mostra-se evidente em processos judiciais (CHALHOUB, 1990; MARTINS, 2018). Os liberais no jornal mostraram-se apoiadores da demanda do casal, ao deixar claro que “quem quer que seja” seria denunciado. Ainda, mostravam ter conhecimento das leis e dos direitos cabidos aos escravizados.

O esforço para propor uma ponte entre os “humanos” [escravizados] e o status de “civilidade” também pode ser aferida em matéria divulgada pelo *Monitor do Norte*, em 14 de março de 1875, intitulada “Cadáver”. Essa “humanização” se mostra na forma como foi narrado o fato, envolvendo diferentes sujeitos da hierarquia social em resolver o caso de polícia.

Cadáver - No dia 11 do corrente, nos altos da toca, a uma légua desta cidade, ao pé do paiol da pólvora, foi encontrado o cadáver do escravo Luiz, cabra, pertencente ao Sr. Tenente Coronel Josefino Vieira Machado. O Sr. Major Felipe Coelho dos Santos, sempre incansável cumprimento de seus deveres, dirigiu-se ao lugar, procedeu ao respectivo exame e inquérito, verificando-se ter sido a morte devida a uma congestão. Serviram de peritos os Srs. José Joaquim Ferreira Carneiro e Francisco de Paula e Souza Sobrinho. (MONITOR DO NORTE, 1875, p. 2).

A curiosidade no discurso não é tanto pelo “incansável cumprimento de seus deveres” que o Major Felipe Coelho dos Santos é lembrado, mas pelos detalhes explícitos e escondidos que o anúncio instiga. No dia 11 de março de 1875, foi encontrado o corpo do escravizado por nome Luiz. Mas quem o encontrou? O responsável por reportar ao Major foi o mesmo que encontrou o corpo? Há quanto tempo aquele cativo estava desaparecido? Por que dois peritos? E por fim, que relação era estabelecida entre Luiz e o Tenente Coronel para que ele lançasse recursos com peritos e polícia para investigação do caso? Algumas interpretações são possíveis a partir da leitura do texto. Luiz pode ter tido relação de amizade com seu senhor e, por esse motivo, a resolução de seu caso. Ou ele pode ter sido assassinado por seu senhor e encoberto pelas relações sociais estabelecidas, principalmente pelo Major, que ocupava cargo inferior ao de seu chefe.

Em 18 de abril de 1875, no mês seguinte ao caso de Luiz, o Major Felipe Coelho dos Santos reapareceu, mas desta vez em um caso de captura do escravizado Joaquim, também conhecido como Misael. O delegado de polícia encontrou o escravizado em Diamantina, descrito como fugitivo há muitos anos, e que era “propriedade” de Roberto Moreira Leite, residente no termo de Leopoldina. O delegado informou à localidade e Moreira Leite sobre a apreensão, porém não houve manifestação de Moreira Leite sobre o dito escravizado²⁹. E se Joaquim já tivesse alcançado a liberdade?

Em outro prisma, sobre a ação da lei contra crimes cometidos a escravizados, o *Monitor do Norte*, na sessão intitulada “Tribunal do Jury”, em 13 de junho de 1875, expôs alguns processos os quais envolviam cidadãos e escravizados. No dia 4 de junho de 1875, “entrou em julgamento o processo em que é A. [acusação] Justiça e R. [réu] Antonio Ângelo Xavier, acusado de açoitamento de escravo. Acusador o promotor Público. Defensor o Sr. Sebastião Rabello. Foi o R. [réu] absolvido”³⁰.

O segundo caso ocorreu no dia 9 de junho de 1875, em que “entrou em julgamento o

²⁹ **Monitor do Norte**. Anúncios, Diamantina, 18 de abril de 1875, Anno 1, n. 19, p. 4.

³⁰ **Monitor do Norte**. Noticiário; subtítulo - Tribunal do Juri, Diamantina, 13 de junho de 1875, Anno 1, n. 27, p. 2-3.

processo em que é A. [acusador] José Pires Baracho, e R. [réu] Herculano Pereira Pena, acusado de ter feito ofensas psíquicas leves ao menor Clemente”. O escravizado Clemente pertencia aos “acusadores Dr. Theodomiro e o advogado Gualherto, com assistência do Promotor Público por parte da Justiça. Defensor o Dr. Rabello. Foi o R. [réu] absolvido”³¹. Comum em ambos os processos envolvendo os escravizados é que os réus foram absolvidos, saindo impunes aos crimes. Por outro lado, os mesmos processos indicam o conhecimento de direitos que tinham os escravizados quanto ao acesso à justiça, ainda, por terem representantes como a promotoria ou mesmo um advogado em suas causas.

Na inversão de papéis, em 30 de janeiro de 1876, foi noticiado um processo em que o réu é um liberto e a vítima era um escravizado, caracterizando um crime entre os negros:

Assassinato – O liberto Justino de Almeida, morador no distrito de Olhos d’Água, termo de Montes Claros, levado por ferozes instintos, no dia 13 de outubro próximo passado, às 8 horas da noite, assassinou barbaramente o escravo Salvador, pertencente a José dos Santos Lima, descarregando-lhe três cacetadas e três facadas pelas costas; feito o que, amarrando a sua vítima sobre um cavalo, galgou a garupa do mesmo animal e com todo o sangue frio viajou até o rio Tabatinga, distante légua e meia do lugar do assassinato, e ali atirou o cadáver!... três dias depois foi encontrado o corpo do infeliz Salvador boiando sobre as águas. Pelo subdelegado de polícia, José Dias de Sá Júnior foi logo feito o inquérito policial, e, descoberto o delinquente, foi este preso e remetido à cadeia de Montes Claros, tendo confessado o crime com todas as suas circunstâncias. (MONITOR DO NORTE, 1875, pp. 2-3).

Este tipo de ocorrência legitima, em algum grau, a humanidade do sujeito escravizado, tratado pela história tradicional. Naquele século, era tido como sujeito passivo às adversidades da vida cotidiana. O jornal, ao trazer matérias do tipo, apresenta o escravizado e o senhor num mesmo nível social em questão de acesso à justiça, tendo em vista que ambos puderam ocupar a cadeira de vítima ou de réu por delitos cometidos. Em estudo realizado por Liliam Ferraresi Brighente (2019), se confirma a contribuição do Direito Criminal para a expansão da personalidade jurídica do escravo, bem como para a ampliação de sua autonomia. Tal legislação mostram casos em que o escravizado processa seu senhor ou qualquer outro sujeito, indicando conhecimento do subalterno sobre o jogo político estabelecido pelas elites. Essa consciência da Lei de 1830 que chegou aos escravizados, foi também corroborativo no processo que levou ao fim da escravatura no Brasil, por exemplo (BRIGHENTE, 2019).

Os exemplos até aqui mencionados admitem análises mais aprofundadas, podendo compará-los a outras fontes. Vale ressaltar que se tratando de disputa ideológica, a escravização

³¹ **Monitor do Norte**. Noticiário; subtítulo - Tribunal do Juri, Diamantina, 13 de junho de 1875, Anno 1, n. 27, pp. 2-3.

e o complexo processo de abolição da escravidão no Brasil estiveram presentes nesta imprensa oitocentista de Diamantina, cujo maior objetivo era que a civilidade chegasse a todos os homens (leia-se “escravizados e libertos”) e que os cidadãos, homens livres e portadores de direitos civis, se engajassem em projetos para o progresso econômico do País. Essas ideias se sustentam a partir de diversas matérias em que o sujeito escravizado tem seu nome, advogados e outras instâncias envolvidas em situações do seu cotidiano divulgados na Imprensa.

3.2. A abolição em processo na década de 1880

Em 12 de julho de 1885, foi lançado o primeiro número do *17º Districto*: órgão político, noticioso e comercial, editado por Luiz Antônio dos Reis. Este jornal, nesse contexto, se propôs abolicionista, contudo, não fugiu aos deslizes em seu próprio discurso, mostrando seu objetivo principal: a permanência do partido liberal na política local. “Escravizado”, nomes, idade, localidade, dentre outros elementos podem ser interpretados no discurso para a “humanização” do sujeito subalterno naquele impresso. Entretanto, interpretamos como dispositivos para ganho de simpatia e apoio popular da classe de interesse.

O *17º Districto* surgiu em resposta aberta ao partido político conservador que havia avançado nas eleições municipais e provinciais do Império na década de 1880. Os “liberais fortes” do norte da Província de Minas Gerais explicaram o porquê da perda nas eleições ocorridas em 1 de dezembro de 1884, sendo o motivo a “tremenda e dolorosa crise” política³². Até o ano de 1862, o Império viveu uma política, cunhada por José Murilo de Carvalho (2012), por “Conciliação partidária”. Esta última diz respeito à união dos liberais moderados com os conservadores. A partir de 1870, o que permaneceu foi o constante atrito entre os grupos que revezavam o poder provincial, por meio das eleições. A partir da década de 1880, houve regresso dos conservadores ao poder, por meio de golpes políticos em decorrência da discussão sobre o fim da escravidão em curso.

A eleição de dezembro de 1884, em Diamantina, surpreendeu os políticos liberais,

³² Na década de 1880, a crise política no império foi resultado de uma constante que já vinha desde a primeira metade do século XIX. Entre 1831 e 1837 foi o período em que os liberais estiveram à frente do poder. Já entre 1837 e 1840 foi marcado pela reação conservadora. Naquelas primeiras décadas do XIX, a política conservadora “defendia um Estado central forte e um governo baseado no que chamava de classes conservadoras, entendendo por isso aquelas que em momentos de mudança brusca tinham tudo a perder e nada a ganhar. O grosso dessas classes era formado por proprietários de terras e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos” (CARVALHO, 2012, p. 95).

visto que o partido havia perdido a cadeira para uma coligação entre alguns de seus próprios integrantes com o partido conservador; descrita na imprensa como “traição de alguns liberais”. Esse acontecimento foi pautado e abordado em todas as edições do *17º Districto* entre os anos de 1885 e 1886. Embora revoltosos com a deslealdade de membros do partido liberal, este periódico publicou notas reconhecendo a “legítima atitude do partido conservador”, em termos de estratégia política.

O discurso liberal demonstrava que o partido não teria se abalado com a não eleição no Município, “apenas surpreso”. Isso porque, segundo o próprio partido, permaneciam membros “denotados chefes e valentes soldados, que fieis aos princípios [liberais], sabem, dignamente, resistindo a todas as seduções, cumprir o seu dever político”³³. Essas “seduções” foram descritas pelo periódico como estratégia utilizada pelos conservadores para “desviar alguns liberais”, como “aliás confessáveis, de parentesco ou de amizade pessoal”. As redes de relacionamento em que membros, familiares e amigos defendiam ideologias políticas distintas foi também alvo dos conservadores.

O *17º Districto* publicou o resultado da referida eleição, na qual foram computados “329 votos, dos quais 283 conservadores e 46 liberais” elegeu Joaquim Felício dos Santos, em detrimento de Mata Machado, que perdeu por “apenas 16 votos”. Este último foi liberal eleito na política em Diamantina em outros mandatos. As eleições de 1884 fizeram com que “o eleitorado liberal” reconhecesse “a necessidade de estreitar cada vez mais os seus laços de coesão partidária” e, como medida, “compreendeu que era indispensável, desde logo, desfazer a triste impressão que tinha causado”. Essa indispensável estratégia pode ser lida nas edições em matérias identificadas como “Crônicas políticas” e “Manifestações populares” de 1885 e 1886. Buscavam reeleger Machado enquanto “candidato que desfraldou no distrito a bandeira negra do escravagismo”³⁴.

A priori, o partido liberal diamantinense nos jornais - *O Jequitinhonha*, *Monitor do Norte* e o *17º Districto* - defendia a bandeira contra a escravatura, argumentando que esta instituição desonrava “a nossa pátria aos olhos das nações civilizadas”³⁵. Um ponto de discussão comum entre os impressos citados refere-se à prática escravista ser vista como impedimento ao “progresso” e a civilidade na Nação.

Em matéria específica sobre escravidão, o *17º Districto* reservou espaços específicos para denunciar a instituição em suas primeiras páginas, sendo intitulado “Scenas da

³³ **17º Districto**. Diamantina, 12 de julho de 1885, Anno 1, n. 1, p. 1.

³⁴ **Idem**.

³⁵ **17º Districto**. Diamantina, 12 de julho de 1885, Anno 1, n. 1, página 01.

Escravidão”. Em 12 de julho de 1885, nesse noticiário foi denunciado que no Rio de Janeiro estaria ativo um tipo de comércio de escravizadas em razão dos efeitos da Lei do Ventre Livre, de 1871. Esse comércio funcionava da seguinte forma, como descreveu a imprensa: comprava-se escravizadas novas, grávidas ou em condições de engravidar, para após o parto fossem alugadas como amas de leite por quantias acima de 70 mil réis mensais. A fonte delatora dessa matéria era homens que presenciavam esse comércio nas ruas da Corte. Continuando a delação, para o alto preço de 70 mil réis, o comerciante haveria de seguir algumas determinações. Primeiro, a escravizada a ser comercializada deveria ser virgem, pois “ama com filho não encontrava no mercado cotação elevada”³⁶. Segundo, após a gestação, haveria de fazer com que “a ama com filho vire ama sem filho, do contrário, valeria apenas 30 mil réis, 40 mil réis, não valerá mais 70. E isso será um grande prejuízo”³⁷. Das questões que se podem levantar a partir dessa denúncia, o que nos chama maior atenção: que fim levavam os bebês nesse comércio? A mesma matéria nos responde. “Matá-los? Seria perigoso. A polícia poderia descobrir. A polícia às vezes tem faro de urubu”³⁸.

A resolução tomada pelos comerciantes foi, então, a modo do “rodo”, “estabelecimento onde são atiradas as crianças enjeitadas”. Nesse estabelecimento assim denominado, apareciam as chamadas “mães mercenárias, as mães cuidadoras, que a troco de alguns vinténs”, pegavam para si alguns bebês e, dessa forma, deixava “tudo arranjado”. O discurso de ar empático sobre a situação da escravizada é descrito no final da matéria: “no mesmo dia e na mesma hora, da porta de uma outra casa, parte também uma mulher. Esta mulher, que é uma escravizada, leva no coração uma tristeza imensa, mas no rosto traz pintura a mais angélica resignação. Há pouco teve um filho, mas não se sabe o que é feito dele...”³⁹. O jornal escreveu que, na escravidão, em se tratando de comércio, sempre se dava um jeito de contornar os efeitos das leis.

O Conselheiro Mata Machado sempre esteve à frente do *17º Districto* e, no dia 17 de junho de 1885, sua chegada foi recepcionada e registrada na imprensa. Essa recepção teve muita comemoração, envolvendo diversos setores da sociedade diamantinense: oficiais militares, bandas de música, negros libertos e escravizados acompanhados de seus senhores; todos participaram dessa celebração. O periódico publicou ter participado do solene momento 2000 mil pessoas, cuja longa caminhada se deu perpassando bairros da cidade e regiões circunvizinhas. Além disso, há alguns fatos curiosos desse evento no Município.

³⁶ **17º Districto**. Folhetim- subtítulo: *Scenas da Escravidão*; Diamantina, 12 de julho de 1885, Anno 1, n. 1, página 02.

³⁷ **Idem.**

³⁸ **Idem.**

³⁹ **Idem.**

O texto do jornal enfatiza a participação de um liberto, Ivo da Silveira, que vivia do ofício de carpinteiro na cidade. “Vítima do mais negro e repugnante crime dos povos civilizados – a escravização do homem pelo homem, o Sr. Ivo é um dedicado propaganda das ideias abolicionistas”.⁴⁰ Outro detalhe nesse discurso é a forma como se emprega o termo “negro”, que é, ao longo de todo o impresso, referido como algo ruim, repugnante. Isso fortalecia o discurso hegemônico de que o homem branco se referia às qualidades boas e desejáveis. A reportagem continua a discorrer a participação de inúmeros libertos e escravizados que emanavam o espírito patriota, quando proferiam “vivas ao Conselheiro Matta Machado, ao gabinete 6 de julho e a Joaquim Nabuco”⁴¹.

Na mesma ocasião, outro liberto, Feliciano, foi dado à oportunidade de se pronunciar. A fala deste homem foi descrita pelo jornal como “um dos mais eloquentes e apaixonados discursos”, em que ele termina reafirmando a bandeira do abolicionismo e dando “vivas ao Matta Machado e ao cidadão José do Patrocínio”. Não só aos libertos foram dadas as oportunidades de se pronunciarem. Um escravizado, sem registro de nome, também proferiu discurso, mas dessa vez em favor dos sexagenários. Por fim, embora os discursos proferidos fossem a favor dos políticos do Império ou pelos companheiros da instituição escravista, o *17º Districto* sugere que os negros compreendiam em algum grau as ideias de “civilização” e os interesses da “pátria” sobre a abolição da escravidão. Sendo suas aparições em eventos públicos, como os descritos pelo jornal, não lemos o ocorrido como alienação do escravizado, mas sim, como fruto do jogo de interesses de todas as partes envolvidas.

Em Diamantina, Corrêa Rabello e outros 25 sócios políticos liberais presidiram o Club Abolicionista local, que também tinha ligação direta com o *17º Districto*. Em 15 de julho de 1885, Rabello convocou uma reunião extraordinária. A pauta do encontro buscava a opinião do Club sobre a proposta de emancipação gradual levada à Câmara dos Deputados pelo Conselheiro Saraiva, em 1884. Tratava-se da Lei dos Sexagenários. O artigo posto em discussão no referido encontro na cidade foi o que estabelecia “a redução anual de 6% no valor do escravizado e aquele que, para aumento do fundo de emancipação, cria imposto de 5% adicional a todos os impostos, menos os de exportação”⁴². No início das considerações, Rabello se posicionou propondo o projeto merecedor do apoio daquela associação abolicionista.

Aberta as discussões entre os membros desse Club, os sócios Álvaro da Mata Machado e Antônio Tomaz Godoy se colocaram contra o artigo do projeto emancipatório. Argumentavam

⁴⁰ **17º Districto.** *17º Districto Suplemento*; Diamantina, 12 de julho de 1885, Anno 1, n. 1, página 02.

⁴¹ **Idem.**

⁴² **17º Districto.** *Noticiário*, subtítulo - *Club Abolicionista*, Diamantina, 30 de julho de 1885, Anno 1, n. 2, p. 2.

em seus discursos que o referido projeto ainda favoreceria os escravocratas. Em particular, no discurso de ambos destaca-se a passagem: “o imposto adicional, do qual o governo fez questão de gabinete, é sobre o modo injusto, pois além de pesar principalmente sobre os brasileiros que não possuem escravizados, deixando de lado os exportadores, isto é, os fazendeiros e donos de engenho...”⁴³. Chamavam a atenção para o impacto daquela lei na vida dos cidadãos que não possuíam escravizados, tendo em vista que todos entrariam nos efeitos daquele artigo.

Ainda, para ambos os sócios contrários ao artigo, tratava-se da “revogação clara do tratado de 23 de novembro de 1826 e da lei de 7 de novembro de 1831”⁴⁴, ambas proibindo o tráfico de escravos. Posta a discussão e iniciada a votação, foram computados 21 votos contra a proposta do projeto e 3 votos favoráveis. Essa proposta foi tida como “deficiente” sobre a causa abolicionista, crítica que aparece de modo direto ao reportarem a publicação de número 195 do *Paiz*. A publicação reiterava o fato de o projeto não tratava a abolição completa da escravidão, mas sim, da permanência de uma abolição gradual, “que se fundava em reduzir o valor dos escravos”⁴⁵.

Por fim, a crítica feita pelos liberais abolicionistas do *17º Districto* concluiu que “a fórmula do projeto Saraiva tem [tinha] bonita aparência, mas não engana[va] aquele que se der o trabalho de examinar com atenção”⁴⁶. A necessidade de publicarem tais repercussões do Club, deveu-se pelo representante de Diamantina que levaria os apontamentos sobre o projeto até a Corte. Conforme o jornal, Felício dos Santos, liberal d’*O Jequitinhonha*, preocupou-se em adaptar o projeto para que fossem libertos e sem indenização os escravizados acima dos 60 anos, além de isentar os senhores o dever da proteção desses indivíduos. Em resposta, o *17º Districto* argumentou que o número de mendigos aumentaria.

Na Corte, as discussões em torno do projeto Saraiva sobre a abolição gradual da escravidão estiveram ao lado de outros eventos. Dom Pedro II havia decidido dissolver a Câmara dos Deputados em 1884, ano em que foram propostos projetos de emancipação total. Isso adiantou o conflito entre os políticos liberais e conservadores, haja vista que em 1885, instalada a câmara temporária, haveria maior representatividade de conservadores no poder.

“O poder moderador, dissolvendo a Câmara e convocando, nos termos da Constituição, uma outra, pergunta ao país simplesmente – se concorda ou não com a mudança operada pela situação política do império”⁴⁷. Em resposta, o *17º Districto* negou qualquer apoio

⁴³ **17º Districto**. *Noticiário*, subtítulo - *Club Abolicionista*, Diamantina, 30 de julho de 1885, Anno 1, n. 2, p. 3.

⁴⁴ **Idem**.

⁴⁵ **Ibidem**.

⁴⁶ **17º Districto**. *Noticiário*, subtítulo - *Club Abolicionista*, Diamantina, 30 de julho de 1885, Anno 1, n. 2, pp.3-4.

⁴⁷ **17º Districto**. *Dissolução*; Diamantina, 25 de outubro de 1885, Anno 1, n. 10, p. 1.

a decisão do Imperador, afirmando que “o partido liberal, que dispõe de grande maioria no eleitorado, em breve responderá pela negativa, forçando a coroa a chamar, de novo, para seus conselhos o partido [*liberal*] que representa atualmente a opinião nacional”⁴⁸.

Ainda que o *17º Districto* se vendesse como abolicionista, algumas estratégias fazem com que sejam despercebidos anúncios, como o identificado em 9 de novembro de 1885. Trata-se da seguinte disposição: “precisa-se de uma ama, sem filho, sadia, com leite novo – de um a dois meses. Informa-se nesta tipografia”⁴⁹. O discurso liberal abolicionista promovido pela referida imprensa se lê em contradição, tendo em vista que o mesmo dispendia denúncias das “cenas da escravidão” no Império, como o comércio de escravizadas no Rio de Janeiro, na década de 1870, mas que comungava do mercado antes denunciado. Indicando, ainda, que tal prática permaneceu ativo e estaria presente em Diamantina. O jornal omitiu o elemento “leite” ao se referir sobre o trabalho de “ama de leite”, que pode passar despercebido pelo leitor comum, mas que significava para o interessado pelo serviço. O anúncio nos remete a venda e compra de escravizadas que ocorria no Rio de Janeiro, muito lucrativo naquele período.

Nas publicações de 1885 e 1886 do *17º Districto* identificamos a constante presença de matérias intituladas “Crônicas políticas” e “Manifestações populares”, aqui mencionadas como meio pelo qual o partido liberal tendo à frente Mata Machado utilizava para enaltecer sua figura tanto em Diamantina quanto em regiões vizinhas. Era um modo de propaganda política local, além de abolicionista. As passagens do político liberal nos bairros da cidade, assim como em regiões vizinhas, por exemplo, Serro, Gouveia e Inhaí, durante os anos de 1885 e 1886, resultaram na liberdade de alguns escravizados. Foram o total de 10 libertos, cuja carta de liberdade decorreu da propaganda daquele político e seus simpatizantes. Foram libertos: Ivo da Silveira (carpinteiro); Feliciano (estudante no Externato de Instrução); Franco; Antônio; Juvenato; Ludovina; José; Josepha; João, de 23 anos; e Francisco, de 30 anos.

3.3. Conservadores contra a emancipação

Nos finais da década de 1880, o *Sete de Setembro*, imprensa conservadora de Diamantina, passou a discutir as ações do partido liberal no Império. O partido conservador diamantinense reconhecia a veia democrática dos liberais, contudo, suspeitava que estes estivessem se impondo em todas as províncias. A desconfiança tinha uma base.

Líder das ideias liberais na imprensa no Rio de Janeiro, o senador Francisco Octaviano

⁴⁸ **Idem.**

⁴⁹ **17º Districto.** Atenção; 09 de novembro de 1885, Anno 1, n. 12, p. 2.

foi “signatário do projeto que marcou o prazo para a extinção da escravidão”⁵⁰. No entanto, o *Sete de Setembro* atacava o senador por nunca ter participado efetivamente de projetos promovidos pelo partido liberal, embora fosse descrito no jornal da corte, o *Paiz*, como líder das causas abolicionistas. Francisco Octaviano usava do discurso e do cargo que ocupava, como presidente do Club do partido liberal no Rio de Janeiro, a fim de se promover na imprensa.

No ano de 1887, Francisco Octaviano lançou um projeto de “união a seus correligionários” no Império do Brasil. Com o projeto em ação, o senador “lembra a criação de centros provinciais e declara que o Club [liberal] desejava ser informado, a fim de providenciar sobre as ocorrências e marcha dos negócios públicos nos diferentes pontos do império”.⁵¹ Esse requerimento dos liberais abalaria ainda mais a relação política dos partidos. Para os conservadores, “o propósito é digno de aplausos”, mas que o “Sr. Senador Octaviano toma[va] seus desejos como realidade”⁵².

A crítica conservadora era feita sobre a falta de conhecimento que o partido liberal tinha de si, elencando momentos em que o próprio partido foi adversário de si mesmo em eleições na Província de São Paulo ou mesmo em Minas Gerais, como citado nas eleições municipais de 1884. Outro ponto grave no discurso do senador foi em ignorar o poder local e a individualidade e autonomia política das províncias, ainda que nelas houvessem grupos que compartilhassem da mesma ideologia. Para os conservadores, resultaria numa “confusão babélica! Organização do caos”, pois os liberais, divididos e subdivididos em cada província, se entreolhariam com desconfianças, tendo em vista a pluralidade de visões sobre os negócios públicos. O que estavam em jogo eram a soberania e autonomia das províncias.

Ainda no ano de 1887, a Província de Minas Gerais, por meio do *Sete de Setembro*, escrevia ao partido conservador da Corte a necessidade de se organizarem, pois se encontravam “dispersos nesta província, sem um verdadeiro centro de unidade”, e vendo eles “a cada passo a palma conquistada pelos adversários”⁵³: os liberais. Próximo das eleições de 1888, inscreveram-se as chapas para a cadeira de senadores no Império: conservadores (Evaristo Ferreira da Veiga, Manoel José Soares e Barão de Leopoldina); liberais (Joaquim Felício dos Santos, Carlos Affonso de Assis Figueiredo e José Cesário de Faria Alvim).

Em abril de 1888, o *Sete de Setembro* publicou abertamente seu posicionamento sobre o fim da escravidão:

⁵⁰ **Sete de Setembro**. Juízo insuspeito, Diamantina, anno 1, n. 30, 2 de abril de 1887, p. 1.

⁵¹ **Idem.**

⁵² **Ibidem.**

⁵³ **Ibidem.**

Tudo quanto tem sido publicado em diversos jornais abolicionistas desta província [Minas Gerais] sobre a extinção do elemento servil, só tem um fundamento, o de anarquizar o trabalho, quer o do campo, quer o da cidade, por em perigo eminente as famílias que legalmente possuem escravos, e finalmente perturbar a paz pública, para que criminosamente legislam os abolicionistas, apregoando em favor dos escravos regalias e garantias de que não gozam os cidadãos em geral. (SETE DE SETEMBRO, 1887, p. 3).

O jornal pregava que a desordem chegaria junto à Abolição. Algo que a sociedade burguesa e as elites acreditavam na periculosidade que a liberdade despertaria nos libertos, porque estes não saberiam viver livres em meio à sociedade após tantos anos em cativeiro (COSTA, 2010). Nesse sentido, ainda em abril de 1888, o *Sete de Setembro* divulgou as prévias do “programa do governo” sobre o fim da escravidão. O governo imperial propunha utilizar dos meios legais para extinguir eficazmente, “porém prudentemente”, o elemento servil. Até o mês de maio daquele ano, ficaria elaborado o projeto do gabinete sobre a abolição e, por fim, o Governo contaria com o apoio da imprensa “para levar a cabo o seu *desideratum*”⁵⁴.

Apesar disso, os conservadores diamantinenses não escondiam suas ideias sobre o que preparava o governo imperial. No jornal, escreviam que “nem o governo imperial e muito menos as câmaras municipais tem [tinham] a competência para obrigar a qualquer possuidor a libertar seu escravo com ou sem condição” e chamava a atenção “contra a pregação anárquico da imprensa abolicionista”. Essa “anarquia”, a que se refere o *Sete de Setembro*, seria a falta da “ordem pública e da tranquilidade pública doméstica e do progresso do país” com os negros libertos.

Os conservadores diamantinenses, até o último instante da escravatura, não deixavam de recorrer às Leis de 1853 e 1857, referendadas pelo Ministro da justiça: José Thomaz Nabuco de Araújo. Usavam do conhecimento de tais leis para que continuassem a enviar os escravizados fugidos à casa de correção e prender os negros livres. As referidas leis permitiam punir com “código de prisão os vagabundos, isto é, os que não têm domicílio, e os sujeitos à assinatura de termo de bem viver; os escravos fugidos estão compreendidos nessa mesma hipótese do código, mas, como não podem assinar o termo, a autoridade não tem outro meio a lançar mão senão entregá-los a seus donos”. Além disso, o decreto se estendia aos negros livres encontrados em ociosidade pela cidade, sendo que o discurso defendido pelo jornal era o de que “não podia o legislador criar a distinção entre o livre e o escravo, punindo aquele e impunindo este, ambos igualmente delinquentes”. Esse posicionamento dos conservadores demonstrava a prévia de

⁵⁴ **Sete de Setembro**. Sete de Setembro, Diamantina, anno 2, n. 4, 12 de abril de 1887, pp. 3-4.

como a população negra no Brasil seria tratada. Na concepção do jornal, era “conveniente afirmar que na maior parte os desordeiros que infestam esta cidade são escravos e libertos, e os escravos, em grande número, fugidos”⁵⁵.

Em espaço no *Sete de Setembro*, na “Sessão livre”, colocou-se um misto de empasses sobre o fim da escravidão, quando escrevia que todos os conservadores detestavam “o fato da escravidão” e que almejavam “por um desenlace favorável ao escravo”. Contudo, não queriam “a felicidade de um à custa da desgraça do outro”. Ou seja, a felicidade do negro seria a liberdade, enquanto o desfavor de outro (o senhor) seria a perda da mão de obra compulsória. Apesar disso, o *Sete de Setembro* reconhecia que infelizmente “a abolição era questão vencida”. Este impresso reafirmava que a abolição era uma violência contra os senhores, uma vez que era fruto de uma “pressão”⁵⁶.

Os conservadores na imprensa passaram a adotar o discurso de que “não alçamos [os conservadores] a bandeira negra, pois pertencemos a um partido, que em todos os tempos tem sabido advogar a causa da liberdade dos escravos”⁵⁷. A fim de sustentar este discurso, listaram seus “grandes”, embora graduais, feitos em benemérito dos escravizados:

Euzébio de Queirós foi o primeiro ministro conservador, que em 1850 deu caça ao pavilhão negro, que até então impunemente afrontava os mares do Brasil, quando estava no governo o partido liberal. O segundo foi o imortal Visconde, que referendou a áurea lei de 28 de setembro de 1871, que decreta no Brasil não nascem mais escravos. O terceiro será brevemente o prestigioso ministro 10 de março, a quem caberá a obra meritória de concluir a gloriosa tarefa do partido conservador, que na legislação do país consignou de modo incontestável os seus sentimentos humanitários em prol dos cativos, já anulando a alienação da escrava sem filhos menores, já afastando da hasta pública o repugnante leilão de carne humana, já aumentando o fundo para a remissão dos cativos, já declarando livres os maiores de 60 anos, já finalmente, abolindo a infame e cruel pena de açoite, etc, etc!! (SETE DE SETEMBRO, 1888, p. 1).

Assim, o grupo conservador refletia sobre uma abolição gradual da escravidão, ao passo que alguns liberais defendiam a emancipação total dos escravizados. Outro ponto de clareza é a ideia defendida por conservadores na Imprensa de que, ao libertar os escravizados, fosse dada a devida indenização aos senhores, uma vez que sem a mesma, significaria dupla violência contra seus direitos, uma vez que estava no horizonte a liberdade como “violenta” aos proprietários. Ainda citam, nesse sentido, o “correto procedimento da sereníssima Princesa Imperial, que em Petrópolis conseguiu libertar grande número de escravos, a saber: 93, sendo

⁵⁵ **Sete de Setembro.** Sete de Setembro, Diamantina, anno 2, n. 4, 12 de abril de 1887, p. 3.

⁵⁶ **Sete de Setembro.** Falsos abolicionistas, Diamantina, anno 2, n. 4, 12 de abril de 1887, p. 3.

⁵⁷ **Idem.**

82 por indenização aos respectivos senhores e 11 por liberdade de seus senhores”⁵⁸. Esse seria “o bom caminho legal”⁵⁹.

Em 26 de abril de 1888, o *Sete de Setembro* publicou: “voltamos hoje [os conservadores] ao mesmo assunto, porque entendemos que nada pode mais interessar um país do que lembrar-se os meios de felicita-lo”⁶⁰. À véspera da abolição, o jornal posicionou “sobre um negócio de tanta magnitude [a escravidão] não devem [deviam] os verdadeiros patriotas guardar menor silencio por mais tempo”⁶¹. As questões discutidas e publicadas em números posteriores desse periódico passaram a ser sobre o futuro da cidade e do norte da Província de Minas Gerais.

Os conservadores apontavam que “não se deve somente tratar-se da libertação de escravos, deve-se também voltar os olhos para o ponto oposto – a substituição dos braços escravos pelos livres”⁶². A economia era a grande preocupação, ocupando a agenda mais que o “progresso”:

Se de um lado vemos prestes a desaparecer essa mancha negra que conspurca uma das páginas da história pátria, de outro lado vemos a prática ameaçada de completa ruína. [...] Além disto os escravos, gozando as doçuras da tão suspirada liberdade, e, bem pouco ou nada se importando com o bem estar geral, refratários ao trabalho, acabarão por assaltarem a propriedade alheia, como infelizmente já vai acontecendo em diversos lugares, porque a ociosidade, a miséria, e a falta de educação são as primeiras conselheiras de quase todos os crimes, registrados nos livros da polícia, e são em última análise a causa da decadência dos estados. (SETE DE SETEMBRO, 1888, p. 1).

Ora, se o motivo do “atraso do País” devia-se à escravização do negro, a partir da abolição, o agente responsável pela crise econômica e pelo atraso do desenvolvimento nacional passou a ser o negro que escolhesse abraçar sua liberdade. Dessa forma, os “verdadeiros patriotas” foram convocados pelo *Sete de Setembro* a fim de pensar saídas para resolver o problema da economia local, sobretudo, a transição da força de trabalho escravo para a livre. Das soluções e projetos lançados pelos conservadores, a recuperação da economia local se daria pela “colonização dos rios”. Existia a possibilidade de “navegação do Rio das Velhas e São Francisco, esse sonho dourado de todos os administradores da província [...] o leito desses rios devia estar preparado para receber a primeira locomotiva”, e, assim, “transportar em seus pequenos vapores, ajoujos, e canoas, os braços livres, futuros substituidores do trabalho

⁵⁸ **Sete de Setembro**. Res non verba, Diamantina, anno 2, n. 6, 26 de abril de 1888, p. 1.

⁵⁹ **Idem**.

⁶⁰ **Idem**.

⁶¹ **Idem**.

⁶² **Ibidem**.

escravo”⁶³.

Nas edições correntes ao fim da instituição escravista, passaram a ocorrer títulos e matérias cujos textos enalteciam o fim da escravidão, como também a permanência de algumas resistências. Nas primeiras páginas, o *Sete de Setembro* passou a elencar outras impressões sobre o que de fato resultou na abolição da escravidão, que se deu, para esta imprensa, pelas ações dos conservadores desde a primeira metade do século XIX. Nas últimas páginas, intitulada “seção livre”, pequenos poemas foram publicados em modo de festejo pela emancipação.

3.4. A emancipação escrava nas lentes da imprensa diamantinense

A partir de 1861, o *O Jequitinhonha* passou a publicar uma série de matérias intituladas “Districto Diamantino”. Essas matérias contavam a história do Arraial do Tejuco, que se iniciava entre os anos de 1729 e 1730, com as descobertas do diamante e a transição definitiva da mineração de ouro para essa nova riqueza. Logo que Portugal soube dos diamantes e a riqueza florescente na Capitania de Minas, o jornal informou que “D. Lourenço de Almeida estabeleceu imediatamente uma capitação sobre os mineiros, obrigando-os a pagar 5\$000 por cada escravo que empregassem na extração do diamante”⁶⁴.

Na região do Distrito Diamantino, São João do Barro, em 1858, podia ser encontrada uma lavra, um buraco grande, “com 60 pés de profundidade. Nela estavam ocupados 120 negros. Os donos da lavra pagavam, por semana, 4 mil-réis por escravo alugado” (MARTINS, 2012, p. 137), por exemplo. Sobre isso, Martins afirma que quando os escravos eram alugados, era dever arcar com a alimentação do sujeito “e, em caso de doença, assistência médica aos cativos, ao passo que os donos dos escravos davam apenas as roupas” (MARTINS, 2012, p. 137). Era um negócio promissor que gerava lucros significativos.

Já existia a força de trabalho escravo na mineração de ouro na região, todavia, a partir do diamante, a taxaço fez com que a economia fosse renovada. A capitação por cada escravo que fosse trabalhar na mineração servia como espécie de seguro sobre os diamantes, pois havia receio dos escravizados desviarem qualquer quantidade de ouro ou do próprio diamante no processo. Além dos faiscadores, homens que trabalhavam também com a mineração, serem “marginalizados, tratados com desconfiança e hostilidade” (MARTINS, 2012, p. 135).

De acordo com Júnia Ferreira Furtado (2006, p. 224), “um censo realizado em 1772

⁶³ *Sete de Setembro*. Replitamos, Diamantina, anno2, n. 7, 3 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁴ *O Jequitinhonha*. Districto Diamantino, Diamantina, anno 1, n. 4, 29 de janeiro de 1861, p. 3-4.

revela que os cativos totalizavam 3.610 almas do total de 4.600 habitantes do Tejuco, constituindo cerca de 78,5% de sua população total”. O Tejuco já estava avançado seu crescimento urbano e os negros viviam tanto no centro quanto nas regiões da extração. Em censo realizado em 1774, 510 domicílios foram listados no Arraial. Conforme essa autora, 510 proprietários de escravos, o que significa um plantel médio de cerca de sete escravos por senhor (cálculo que pode ser reafirmado pela análise de inventários de moradores do Arraial), revelam que 56% dos proprietários tinham posses entre três a dez escravos (FONSECA, 2006, p. 225).

De acordo com Marcos Lobato Martins (2012, p. 132), “a Constituição de 1824 adotou o regime dominial, pelo qual os minérios eram considerados propriedade do Estado [...] tendo sido impelido pela dupla necessidade de racionalizar e fomentar a atividade mineradora”. Isso significava que o Estado poderia explorar as riquezas da terra diretamente, independente de concessão ou permitir a exploração por instituições privadas.

A Administração e Extração Diamantina já funcionavam em 1845, conhecida como Administração Geral dos Terrenos Diamantinos, o qual competia “fazer o registro das áreas das jazidas, das concessões e autorizações para lavra, evitar exploração indevida de terrenos diamantíferos e prestar contas à Tesouraria da Província da movimentação de exploração e arrecadação” (MARTINS, 2012, p. 133). Grosso modo, o minerador “tinha que obter nessa repartição uma permissão anual ao custo de dois mil-réis, que também o autorizava a trabalhar com escravos” (MARTINS, 2012, p. 133). Nas mesmas edições contendo os textos sobre o “Districto Diamantino”, o jornal passava a escrever sobre “Scenas da vida do garimpeiro”.

Até setembro de 1862, *O Jequitinhonha* publicou textos sobre o “Districto Diamantino”. No número 37, publicado em 13 de setembro de 1862, a matéria do jornal comunicava sobre a queda da economia de extração na região. Escreveu que quase todos os senhores haviam retirado seus escravos dos serviços da extração, por não serem pagos e que “só um ou outro mais crédulo é que ainda os alugava [os escravos]. O tesouro nacional não pode deixar de pagar o que deve, diziam esses bons homens, e acumulavam dívida sobre dívida”⁶⁵.

Na década de 1850, percebiam-se as dificuldades que a atividade de extração do ouro e diamante sofriam. Conforme Martins, “dois fatores concorreram para a elevação do custo de produção das grandes lavras: o encarecimento da mão-de-obra escrava e a maior dificuldade de exploração do diamante de ‘massa’ que, então, era o tipo mais comum das novas descobertas” (MARTINS, 2012, p. 137). Com a abolição do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil,

⁶⁵ *O Jequitinhonha*. Districto Diamantino, Diamantina, anno 2, n. 37, 13 de setembro de 1862, p. 1-3.

em 1850, senhores de terras que buscavam escravos, tiveram que entrar no mercado do tráfico interprovincial, algo que marcava um aumento de preço dos cativos.

Ao conseguir escravos para suas terras, os senhores poderiam mandá-los diretamente para a extração ou alugá-los como forma de reaver o capital investido. Ainda assim, com a taxaço por cada escravo envolvido na mineraço imposta pelo Império foi-se tornando inviável manter essa economia, até mesmo devido ao limite de extraço das pedras preciosas que já se mostravam escassas na década de 1860.

As matérias intituladas “Scenas da vida do garimpeiro”, publicadas a partir de 1862 no *O Jequitinhonha*, referiam-se a homens que se inseriam no garimpo, apostando na empreitada de enriquecerem pelo diamante e/ou ouro. Os garimpeiros, de acordo com o jornal, eram homens que se encantavam “inexplicável[mente] na vida do garimpo toda cheia de perigos, de trabalhos, de fadigas, de sofrimentos, de incertezas, de inquietações, de aventuras, de emoções e de variedades” (O JEQUITINHONHA, 1862, p. 3).

Este periódico defendia que a mineraço não fosse mais monopólio da Coroa. Para a imprensa liberal, “a extraço dos minerais é uma indústria, no que exige trabalho: o trabalho e a origem da propriedade. Tribute-se a indústria, mas não se monopolize a mineraço” (O JEQUITINHONHA, 1862, p. 3). Esse posicionamento tinha como pauta a defesa dos trabalhadores livres que “viviam do trabalho, trabalho insano, pesado, rude, arriscado. Não viam em que se fundava o direito da coroa para apropriar-se exclusivamente de uma riqueza, que a providência disseminara com tanta prodiga idade no solo brasileiro” (O JEQUITINHONHA, 1862, p. 3).

Martins em narrativa próxima a encontrada no jornal, escreve que “as turmas de garimpeiros atuaram em toda região da antiga Demarcação Diamantina, mobilizando milhares de homens em trabalhos manuais pesados e penosos” (MARTINS, 2012, p. 138). Eles, os garimpeiros, assim como os escravizados, foram os responsáveis pelos maiores achados de diamante. O que distinguia o trabalho escravo dos garimpeiros e faiscadores era que tal grupo, “embora disperso e fragmentado, sempre respondeu por expressiva parcela do volume total dos diamantes extraídos na região” (MARTINS, 2012, p. 138). Desse modo, mineradores, garimpeiros e faiscadores foram homens que contrabalanceavam no trabalho de extraço de diamantes, quando os preços por escravo subiam e a dificuldade no setor econômico começava a aparecer. Algo que, a partir da década de 1870, ficou mais notável com a exploração de jazidas na África do Sul e no Centro-Oeste do Brasil.

Ainda que a decadência do garimpo estivesse assolada à região de Diamantina no final de 1862, *O Jequitinhonha* passou a publicar matérias intituladas “Regimento Diamantino” que

somavam às informações trazidas nos textos “Districto Diamantino” e “Scenas da vida do garimpeiro”. Essa seção do jornal trazia alguns regimentos que passaram a ser cobrados de modo mais incisivo. Dentre as ordenanças sobre a escravidão na extração dos diamantes:

VXII

Os outros escravos que no princípio da administração forem necessários para os diversos empregos da mineração e suas dependências, assim como também os que no tempo futuro forem preciso para o mesmo efeito, sendo alugados pelos meses de cada ano, em que efetivamente houverem de trabalho, e despedidos logo que não tiverem exercícios: para que os administradores regularão a quantidade de escravos que acharem que poderão ser bastantes, assim para o tempo da seca como para o das águas, conforme as circunstâncias o pedirem e verem que os mais conveniente aos interesses da minha real fazenda, os quais devem prevalecer a cobiça dos particulares, que até aqui alugam negros sem regra nem limite. (O JEQUITINHONHA, 1862, pp. 1-2).

VXIII

Os sobreditos pretos alugados devem ser capazes de todo o serviço, isto é, nem velhos nem rapazes; a inspeção sobre os seus procedimentos deve competir nos administradores que com eles trabalham, debaixo da sujeição da Administração geral dos serviços; todos os sobreditos pretos serão vigiados, e se tornarão com eles as mais assíduas e exatas cautelas, dando-se lhes as mais repetidas e rigorosas buscas; os que forem achados com balanças, com vendas ou com quaisquer outros sinais de traficância serão condenados a galés pelo tempo proporcionado aos indícios que contra eles resultarem, e não serão mais admitidos a entrar nos serviços... (O JEQUITINHONHA, 1862, pp. 1-2).

Martins divide a periodização da atividade de exploração nas Minas da seguinte maneira: “a) 1808 a 1832 – Primeira Crise do diamante; b) 1832 a 1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora” (MARTINS, 2008, p. 612). O terceiro período foi marcado por “fatores negativos [que] geraram fortes incertezas sobre o futuro dos negócios e causaram uma onda de falências de mineradores e negociantes” (MARTINS, 2008, p. 613). Como citados, os fatores somavam-se à descoberta de jazidas na África do Sul, que, por sua vez, fez baixar o preço dos diamantes internacionalmente. No âmbito regional, o alto preço dos escravos para trabalhar nas lavras, para além do tráfico interprovincial, sobretudo, para Rio de Janeiro e São Paulo, onde o café provava ser o principal produtor exportador do Brasil e, assim, carro chefe da economia (COSTA, 2010).

A partir da década de 1870, a crise dos diamantes afetava o empreendimento escravista. De acordo com Martins, Diamantina teria perdido 1.913 escravos naquele período, mostrando que “o setor da mineração enfrentava graves dificuldades na década de 1870” (MARTINS, 2008, p. 616). Tal número também indica a perda paulatina do protagonismo da escravidão na cidade. Na mesma década, o jornal transitou da política liberal para o republicanismo, que florescia mais consistente na Corte, emanando ideologias mais contrárias

à monarquia e defendendo o federalismo como forma de governo. A partir de então, matérias e anúncios sobre a escravidão no País tornaram-se menos presentes na folha.

Na década de 1880, a partir dos jornais *17º Districto* e *Sete de Setembro*, respectivamente liberal e conservador, lemos, com mais clareza, objetivos e ideologias divulgados por cada um. O primeiro condenava abertamente a permanência da escravidão, ao passo que o segundo estava “preocupado” com a desordem social que a liberdade dos negros traria e pela falência da economia local.

O *17º Districto* funcionou em meio a intensas discussões sobre projetos que findariam a escravidão no País, na década de 1880. Especificamente, a folha circulou entre 1885 e 1886, sendo aquele o ano em que se aprovou o projeto de Lei dos Sexagenários. É também visível o surgimento do jornal motivado pela perda nas eleições de dezembro de 1884, quando um dos integrantes principais daquele impresso, João da Mata Machado (membro da elite diamantinense) perdeu na candidatura para Joaquim Felício dos Santos (redator do *O Jequitinhonha*, entre 1860 a 1873).

No século XIX, política e imprensa se misturavam. João da Mata Machado, político liberal, fazia parte de uma das três grandes famílias da elite da região diamantinense – Felício dos Santos, Caldeira Brant e Matta Machado – e seguia carreira política desde a década de 1870. Matta Machado foi deputado durante os anos de 1878 e 1879, sob o cargo regional, assim como deputado (1881-1884 e 1886-1889) e Ministro dos Negócios Estrangeiros e deputado (1891-1902), sob os cargos nacionais (MARTINS, 2008).

Matta Machado e Teodomiro Alvez Pereira foram os únicos políticos liberais que não aderiram ao movimento republicano, mas, ainda assim, Diamantina havia se tornado, na década de 1880, “um dos redutos liberais-republicanos mais importantes de Minas Gerais” (MARTINS, 2008, p. 4). Em complemento, este autor afirma:

Todos os representantes de Diamantina [os liberais-republicanos] defenderam a abolição da escravidão nas casas parlamentares da Província e do Império, bem como participaram da Associação do Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, fundada pelo Bispo D. João Antônio dos Santos, na década de 1880 para comprar a alforria de escravos. (MARTINS, 2008, p. 4).

Nesse sentido, as matérias encontradas no *17º Districto* corroboram com a ideologia libertária pregada pelo partido liberal, do qual Matta Machado fez parte. O jornal trazia, em grande medida, anúncios e publicações a pedido que tinham alguns escravos ou a alforria dos mesmos como protagonismos. Por outro lado, nos anos em que funcionou, entre 1885 e 1886, o jornal serviu para sua própria propaganda política a cargo de deputado no Império: objetivo

alcançado com sucesso nas eleições de 1886.

Outro aspecto relevante, em meio à propaganda do partido liberal para as eleições de 1886, era as matérias intituladas “Scenas da escravidão”, as quais denunciavam o escravismo e os crimes impunes aos escravos não só da região mineira, mas também, da Corte. O embate que marcou essa imprensa foi justamente a questão da escravidão e política na década de 1880 no Brasil, que ganhou contra respostas de conservadores que estiveram à frente do *Sete de Setembro* (1887-1888).

Ambos os impressos refletiram sobre o desenvolvimento de Diamantina, assim como a região norte de Minas Gerais. O que distingue um de outro é que os liberais buscavam, na emancipação total dos escravos, a chance de desenvolver a industrialização e o trabalho livre. Por outro lado, os conservadores viam na abolição a decadência do setor econômico, a falta de mão de obra, sobretudo, a desordem social pelo “perigo” que os negros representavam, mas pensavam também na falta de industrialização na região.

Os Mata Machado geraram sua fortuna a partir da extração de diamantes e a comercialização dessas pedras, como um negócio econômico que se estendeu à toda família. Conforme Martins, “mais do que garimpar, comprar e vender diamantes, os irmãos Mata Machado foram pioneiros da indústria da lapidação em Diamantina” (MARTINS, 2008, p. 9). Com a crise no setor diamantífero, o político João da Mata Machado montou um projeto de estabelecer uma lapidação na região de Diamantina. O plano se concretizou e foi inaugurada a Fábrica da Formação. Esse nome se deve ao lugar específico em que aquela indústria foi fundada, na área de Formação, subúrbio de Diamantina. Leia:

Sobre o projeto da Fábrica, em 1885 o Conselheiro João da Mata Machado Júnior publicou no Rio de Janeiro opúsculo intitulado “Fábrica de Tecidos de Algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)”. Seu objetivo era duplo: anunciar o projeto empresarial da família e estimular capitalistas da Corte a investirem capitais nesse empreendimento. O Conselheiro iniciou o texto discutindo o cenário mineiro que ele julgava promissor para a indústria têxtil. Segundo ele, diversos fatores contribuíam para a rentabilidade das fábricas de tecido de algodão na província mineira. A ampla disponibilidade de matéria-prima, já que o Norte de Minas era zona algodoeira por excelência. Esse algodão, encerrada a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, tornara-se inviável para exportação devido aos elevados custos de transporte para fora da Província. O mercado mineiro, por outro lado, era de porte razoável (cerca de 3 milhões de habitantes) e, nele, o consumo de algodão era “largo e forçado”. Nas Minas Gerais, escreveu o Conselheiro, os salários eram inferiores em 50% aos da Corte e havia “meios de subsistência obtidos a preços ínfimos”. Mais importante: no Norte de Minas, uma “grande massa de povo moralizado e trabalhador” existia para abastecer de mão-de-obra as fábricas. (MARTINS, 2008, p. 12).

Um ponto importante nesse projeto do político liberal foi considerar que a lavoura regional de algodão possuía a vantagem de não depender o braço escravo, porque era realizada

por pequenos lavradores – algo decisivo na conjuntura de transição dos anos de 1880. O Conselheiro pensava seus projetos industriais a partir da crise da economia do diamante, que assolava muitos municípios do norte: “fator que forçaria a realocação de capitais e de mão-de-obra em outros setores econômicos, o que certamente beneficiaria as iniciativas no ramo têxtil” (MARTINS, 2008, p. 12).

Jogo político à parte, os políticos liberais em Diamantina, sobretudo, da família dos Matta Machado, mostravam por meio do *17º Districto* estar dispostos a construir “uma sociedade liberal, dotada de agricultura diversificada e ‘indústrias naturais’, bem servida por transportes, crédito agrícola e ensino profissional, definitivamente desvencilhada dos privilégios aristocráticos que marcaram o passado escravista” (MARTINS, 2008, p. 12). O empreendimento de indústria dos Matta Machado foi, de acordo com Martins (2008), o mais longo, entre os anos de 1875 a 1915.

Os políticos conservadores dividiam, em matérias e anúncios do *Sete de Setembro*, ataques em dois momentos. Primeiro, escreviam textos intitulados “Falso abolicionismo”, “Pseudo abolicionismo” e outros de mesmo cunho, a fim de criticar o movimento libertário que se intensificou na década de 1880. As críticas eram baseadas em ações e decisões políticas. Como mencionado, afirmavam que a liberdade dos negros traria desordem social e perigo às famílias, além de resultar na falta de mão de obra para os trabalhos. Sobre isso, tratava-se do “problema” social e econômico gerado por tal discussão: a abolição.

As autoras Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos escrevem que “com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus” (RIOS; MATTOS, 2004, p. 170), ao mesmo tempo em que os novos cidadãos negros passavam a gerar o “medo branco” nos grupos elitistas. Nesse sentido, a imigração de estrangeiros teria sido solução para a dupla problemática enfrentada pelas elites econômicas: primeiro, a ocupação de mão de obra; segundo, o “embranquecimento” do País.

Num segundo momento, especificamente no ano de 1888, o discurso sobre o fim da escravidão voltou-se às ações positivas tomadas pelos conservadores, ao longo do Império. Em matérias que ocupavam as primeiras páginas do jornal, como “Brasil livre”, “Fala do trono” e “Reflitamos”, os políticos conservadores passavam a discursar que a abolição foi resultado de projetos conservadores na Corte, como o fim do tráfico de escravos, em 1850; a pena por açoites aos escravos ou até mesmo o *Ventre Livre*, em 1871.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela constante guerra de narrativas na imprensa, sobre projetos políticos e sociais que definiriam o caminho que o País seguiria. A

partir da década de 1870 e principalmente de 1880, o desgaste do governo monárquico, a necessidade de transitar o trabalho escravo para o livre e o avanço dos grupos políticos republicanos tornaram-se evidentes. Junto a tudo isso, a modernização e o progresso do País foram as principais linhas que moveram as discussões em jornais e debates partidários. Deste modo, “em Minas Gerais, região de enorme importância na segunda metade do século XIX, as preocupações com o futuro, a modernização e o desenvolvimento adquiriram relevo considerável” (MARTINS, 2012, p. 6).

Nesse sentido, o político liberal responsável pelo *O Jequitinhonha* (1860-1873), Joaquim Felício dos Santos, foi pioneiro ao apresentar um projeto influente de desenvolvimento regional, a partir de 1860. Com seus dois irmãos, Antônio e João Antônio, fundaram juntos a Fábrica de Tecidos de Biribiri, em 1876. A família Felício dos Santos comungava de projetos industriais para o norte de Minas. Outro grupo de políticos liberais, como os Matta Machado, que estiveram presentes no *17º Districto* (1885-1886), pensavam o desenvolvimento regional a partir de “empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria vinícola, fábrica de tecidos e exploração florestal (madeiras e borracha de mangabeira).” (MARTINS, 2012, p. 18). Não só indústrias e comércio, esse grupo político propunha também projetos no campo da educação escolar, como o fortalecimento do ensino primário e a criação de uma rede de escolas profissionais, por exemplo.

Os conservadores, responsáveis pelo *Sete de Setembro* (1887-1888), também discutiam a industrialização na região do norte mineira, por exemplo, Diamantina. Suas matérias apontavam mais problemas que soluções para saída econômica, devido à abolição da escravidão em maio de 1888. Apontavam os fluxos pluviais como estratégias para que a região diamantinense se conectasse com outros centros, sobretudo, por meio do Rio Jequitinhonha e Rio das Velhas. A questão dos transportes, ou suas faltas, era a mais debatida pela imprensa conservadora. Enquanto os jornais *O Jequitinhonha* e *17º Districto* escreviam sobre industrialização da região, *Sete de Setembro* questionava sobre como os maquinários chegariam ao interior de Minas Gerais, tendo em vista que Dom Pedro II havia parado os projetos de ligações ferroviárias, e, por isso, lançava a ideia de utilização dos rios para transportes.

De tal modo, o fim da escravidão potencializou, em Diamantina, a necessidade de estruturar e articular projetos políticos e econômicos que dessem conta da nova configuração política, social e econômica da região. A solução do problema da abolição se daria no transporte e nas condições necessárias para a manutenção do movimento mercantil diamantinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política imperial brasileira usufruiu do espaço promovido pela imprensa, desde sua efetiva instalação na primeira metade do século XIX, na manutenção da ordem política que deveria se estender para além do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, os periódicos buscaram divulgar e fortalecer o sentimento de emancipação do País e, depois, delinear projetos nacionais progressistas que elevassem o Império ao quadro das potências internacionais, que àquele período já se destacavam, por exemplo, a Inglaterra. No entanto, ao passo que tais discussões eram postas, as elites políticas foram forçadas a pensar na base econômica que havia lhes garantido a independência da colônia: a escravidão.

Ao longo do Primeiro Reinado, a institucionalização da escravidão foi sendo consolidada, tornando-se parte estrutural do Império e legitimada no pensamento social. A imprensa contribuiu diretamente para isto, tendo em vista as pressões internacionais para que findasse o trabalho escravo no País, pela Inglaterra, e as respostas negativas dadas pelos “homens de imprensa”, ora justificando-a, ora negando-a na disputa discursiva. No entanto, superada a tese de que a Lei de 1831 não teria funcionado⁶⁶, especificamente, a imprensa carioca do período demonstra os resultados advindos da recepção da referida lei pelos negociantes e fazendeiros, cujos discursos apontavam soluções como a substituição de escravos por máquinas para maior produção agrícola. Em concretude, próximo à segunda metade do século XIX, sociedades agrícolas, de comércio e indústria foram criadas em cada província do Império, marcando, então, a real preocupação com a questão escravista e a liberdade.

No Segundo Reinado, com a chegada das tipografias às mais diversas partes do País, em especial, aos interiores, foi dada também a possibilidade das elites políticas locais de se colocarem frente ao debate.

Nesta pesquisa, foram trazidas algumas ideias manifestadas em discursos na imprensa diamantinense, no período de 1860 a 1888, sobre a escravidão e abolição. Nos jornais investigados, foi vista que a discussão sobre a temática esteve presente desde a década de 1860, cujas matérias d’*O Jequitinhonha* retomam pautas que haviam circulado na Corte, na década de 1830, sobre industrialização e progresso, mas numa perspectiva local e regional pelos liberais e liberais republicanos à frente do jornal. Nos anos de 1870, eram reforçadas as ideias sobre “progresso” e “civildade”, em especial pelo *Monitor do Norte*, no sentido econômico e social, por seus discursos religiosos pautarem-se na abolição e na saída para elevação da

⁶⁶ Essa lei determinava que todos os africanos que entrassem no país seriam considerados livres, além da condenação de negociantes e fazendeiros que fossem se envolver com o tráfico de escravos.

condição humana, embora permanecesse a hierarquização social.

Os embates na imprensa se intensificaram na década de 1880, quando a instituição escravista se mostrava vencida pelos discursos abolicionistas e pelas leis de emancipação que os precedia, como: o Tratado de 1831; a abolição final do tráfico de escravos, em 1850; a Lei do Ventre Livre, em 1871 e a Lei dos Sexagenários, em 1885. Destaca-se que todas essas promulgações estiveram, em algum grau, presentes nos jornais do País. Na cidade Diamantina, entre 1885 e 1888, políticos liberais e conservadores, em suas respectivas participações ativas no *17º Districto* (1885-1886) e *Sete de Setembro* (1887-1888), comungavam do mesmo descontentamento pelo regime monárquico, embora também não vissem o republicanismo como alternativa. Além de defenderem a industrialização como resposta a grande parte dos problemas econômicos e sociais do norte de Minas causados pela abolição. Contudo, a política conservadora ainda propagou que a escravidão haveria de ter continuidade a fim de assegurar os direitos pessoais e a segurança das famílias livres.

Em resultado, não há como apontar um legítimo abolicionismo nos discursos publicados pelo *O Jequitinhonha* (1860-1873), *Monitor do Norte* (1874-1879) ou *17º Districto* (1885-1886), tendo em vista que os períodos de circulação de cada um desses jornais foram marcados por eventos políticos que influenciaram na opinião pública sobre a escravidão e abolição, devido aos interesses do grupo ou pessoais dos partidos políticos. Os políticos envolvidos na imprensa diamantinense mostravam estar interessados em eleições locais e na política provincial, como Joaquim Felício dos Santos que conseguiu efetivamente se eleger na década de 1860, fechando sua tipografia durante os anos de mandato.

O fortalecimento de ideais advindos da Revolução Francesa, como liberdade, igualdade e fraternidade, pela Igreja católica junto a propaganda abolicionista, pensados a partir dos pressupostos de “civilidade do homem” (portanto, o valor de sua força de trabalho e ordem social na década de 1870), foram prerrogativas para as disputas ideológicas. Por fim, a retomada de ambos discursos na década de 1880, cuja “civilidade” e “progresso” mostravam-se necessários para a manutenção da ordem e da economia, do desenvolvimento econômico e, novamente pelas mudanças políticas advindas do enfraquecimento da monarquia e fortalecimento do movimento republicano, apresentam a cidade e seu forte envolvimento com a questão abolicionista, bem como inícios de novas portas.

Em vista do exposto, verifica-se que o presente estudo conseguiu abarcar elementos discursivos na imprensa local a respeito da escravidão e abolição dos sujeitos escravizados. Procuramos nos ater às matérias dos jornais que revelassem traços importantes do problema em pauta, mas que não esgota a possibilidade e viabilidade de outras formas de análises.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Carolina. **“PRINCEZA DO NORTE”**: contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. 170f. disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A96J7C/1/disserta__o_carolina_paulino_alc_ntara.pdf.
- ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 44. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300002>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Socorro. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre, Nova Prova, 2007.
- BRASIL. **Ministério da Cultura**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relação dos jornais da Biblioteca Antônio Torres. Diamantina: [s.n.], 2015.
- BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **A condição jurídica criminal do escravo no Império do Brasil**: um estudo a partir de Castro, província do Paraná (1850-1888). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- BURKE, Peter. Variedades de objetos. In: **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Coleção Aldus, 2003, pp. 23-39.
- CAPELATO, Maria. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org). **História das Américas**: Fontes e abordagens historiográficas. São Paulo, Humanitas: CAPES, 2015.
- CAPELATO, Maria. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 12ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CARVALHO, José. **A construção nacional 1830-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vila em Minas Gerais no início do regime monárquico. A região Norte. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 817-825, set/dez 2013.
- CORREA, João. **Sociedade e comunicação**: estudos sobre jornalismo e identidades. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2005.

COSTA, Emília. **A abolição**. 9ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 5ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia a República**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Andressa. **“Ninguém quis prescindir da glória de ter tomado parte na façanha”**: abolicionismo em Jacareí na década de 1880. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23042012-141738/publico/2011_AndressaCapucciFerreira_VRev.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

FERREIRA, Lusirene. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del Rei. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp145998.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no Arraial do Tejuco. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. (Orgs). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo : Annablume, 2006.

GOODWIN JÚNIOR. James. **Cidades de papel** – Imprensa, progresso e tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

HOBBSAWM, Eric. A volta da narrativa. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 260-268.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 25-44.

HUBNER, Daisy Ribeiro. **O prêmio da liberdade**: um estudo sobre a escravidão e manumissão em Tito Lívio. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 133-147.

LUCA, Tânia et al. **Fontes Históricas**: Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. São Paulo: Contexto, 2015, p. 112.

MARTINS, Lídia Gonçalves. Entre a lei e o crime: usos e significados da Justiça para os cativos em Mariana nas décadas finais da escravidão. In: **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 235-262, ago. 2018.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. In: **Estudos Econômicos**, n. 38, p. 611-

638, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”. In: **História**, São Paulo, v. 35, n. 76, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a administração dos terrenos diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 129-163, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “norte de minas”. In: **História Econômica & História de Empresas**, n. XV, p. 5-38, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: **XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, p. 1-23, Diamantina, 2008.

MARTINS, Marcos. **Breviário de Diamantina**: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Marcos. O comércio de “gêneros do país” no Mercado de Diamantina, Minas Gerais: décadas de 1880 a 1930. In: **Revista de História**. v. 16, n. 2, Juiz de Fora, 2010.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais**: O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Processos Comunicacionais). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

MOLINA, Matías. **História dos jornais no Brasil**. v. 1. Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: República das Letras e Imprensa na crise do Império Português na América. In: KURY, Loreli (org.). **Iluminismo e império no Brasil**. O Patriota (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 15-41.

NUNES, Rafaela. **Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)**. 2018. 240 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: http://200.137.65.30/bitstream/10/10667/1/tese_8074_Tese_Rafaela%20Lago_CD_revisado.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil 1826 - 1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, Patrícia. As fugas de escravos nas páginas do jornal A Imprensa de Cuyabá, 1859-1865. In: **Pesquisa & Educação a Distância**. América do Norte, 2018. Disponível: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=6903>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PESSANHA, Adréa. A imprensa é o espelho da civilização: representações sobre os jornais e os jornalistas na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos da escravidão. In: **III SIMPÓSIO**

DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA. Impressos no Brasil do século XIX, 8 f., 2013. São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/10.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993, pp. 143-158.

REIS, Liana. Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira (1850-1888). **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, XVI, 1990.

SCHWARCZ, Lilia. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SKINNER, Quentin; TULLY, James (Eds.). *Meaning and understanding in the history of ideas. In: Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics.* Cambridge: Polity Press, 1988, pp. 29-68.

SOBRINHO, Juliano. **Sobre um tempo de incertezas:** o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888). 2015. 294 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2014.

SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maurício Severo. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879). In: **Sacrillegens,** Juiz de Fora, v. 10, nº 2, p. 48-62, jul-dez/2013.

VEIGA, José. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Ouro Preto, ano 2, jan./mar. 1898.

VEIGA, José. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro,** Ouro Preto, ano 3, jan./mar. 1894.

VIANNA, Jorge. **Entre a Opinião e o Público:** Linguagens políticas na independência e no Primeiro Reinado do Brasil. 2019. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/kftEtsN>. Acesso em: 23 jun. 2020.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. In: **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 3, n. 6, p. 25-45, 1989.

APÊNDICE I

JORNAL 17º DISTRICTO (1885)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>17º Distrito</i>	I	1	12 de julho	01
<i>Liberdade</i>	I	1	12 de julho	02
<i>Outra</i>	I	1	12 de julho	02
<i>Notável Coincidência</i>	I	1	12 de julho	02
<i>Scenas da Escravidão</i>	I	1	12 de julho	02
<i>Grandes M. Populares</i>	I	1	12 de julho	03
<i>Telegrapho</i>	I	1	12 de julho	04
<i>O Julgamento</i>	I	2	30 de julho	01
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	2	30 de julho	01
<i>Câmara Municipal</i>	I	2	30 de julho	01-02
<i>Club Abolicionista</i>	I	2	30 de julho	02-03
<i>Liberdades</i>	I	2	30 de julho	03
<i>Sr. Dr. Nabuco</i>	I	2	30 de julho	03-04
<i>Sr. Dr. Edgardo</i>	I	2	30 de julho	04
<i>Retificação</i>	I	3	7 de agosto	01
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	3	7 de agosto	01
<i>Liberdades</i>	I	3	7 de agosto	02
<i>Dattas e Gouvêa</i>	I	3	7 de agosto	02-03
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	3	7 de agosto	04
<i>A situação</i>	I	4	23 de agosto	01
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	4	23 de agosto	03
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	5	2 de setembro	03-04
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	6	11 de setembro	03
<i>7 de Setembro</i>	I	7	26 de setembro	02
<i>Desistência</i>	I	7	26 de setembro	02-03
<i>Conselheiro R. Barbosa</i>	I	8	4 de outubro	02-03
<i>Horível!</i>	I	9	18 de outubro	02
<i>Dissolução</i>	I	10	25 de outubro	01
<i>17º Distrito Eleitoral</i>	I	11	1 de novembro	01
<i>Manifest. Populares</i>	I	11	1 de novembro	02-03
<i>Ao Part. Li. Nort. Minas</i>	I	12	9 de novembro	01
<i>Manifest. Populares</i>	I	12	9 de novembro	04
<i>Manifest. Populares</i>	I	13	17 de novembro	02
<i>Os ter. cons. Imperial</i>	I	14	26 de novembro	01-02
<i>Jornaes</i>	I	15	13 de dezembro	03
<i>A dissolução da Câmara</i>	I	16	24 de dezembro	03
JORNAL 17º DISTRICTO (1886)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>A chegada Con. M. M.</i>	I	17	29 de janeiro	03-04
<i>O Diploma</i>	I	18	11 de fevereiro	01-02
<i>Sr. Br. Affonso Celso J.</i>	I	19	19 de fevereiro	01-02
<i>Perguntas Inocentes</i>	I	20	23 de fevereiro	03
<i>A legitimidade da vitória</i>	I	21	9 de março	01
<i>Agradecimento</i>	I	21	9 de março	04
<i>Editais</i>	I	21	9 de março	04
<i>Cons. Martin Francisco</i>	I	22	18 de março	01
<i>Despronunciado</i>	I	22	18 de março	02
<i>Liberdades</i>	I	23	27 de março	02
<i>Crônica Política</i>	I	23	27 de março	02
<i>Processo</i>	I	23	27 de março	02

<i>Montes Claros</i>	I	23	27 de março	02-03
<i>Atenção</i>	I	23	27 de março	04
<i>Anúncios</i>	I	24	9 de abril	04
<i>João da Matta Machado</i>	I	25	1 de maio	01
<i>DD. Bisp. Diamantina</i>	I	25	1 de maio	03
<i>A Pedido -Serro</i>	I	26	12 de maio	03
<i>Scenas da Escravidão</i>	I	26	12 de maio	02
<i>Pergunta Inocente</i>	I	26	12 de maio	04
<i>Min. Coteg. -Uma Carta</i>	I	34	13 de outubro	01
<i>Mofina</i>	I	34	13 de outubro	03

JORNAL MONITOR DO NORTE (1875)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Rio Vermelho</i>	I	7	24 de janeiro	04
<i>Monitor do Norte</i>	I	10	14 de fevereiro	01
<i>Ao público</i>	I	10	14 de fevereiro	04
<i>Prevenção</i>	I	10	14 de fevereiro	04
<i>Cadáver</i>	I	14	14 de março	02
<i>Anúncios</i>	I	19	18 de abril	04
<i>Milagre! Milagre!</i>	I	22	9 de maio	03
<i>Tribunal do Juri</i>	I	27	13 de junho	02-03
<i>Liberdade</i>	I	27	13 de junho	03
<i>A pedido -Serro</i>	I	45	10 de outubro	03-04
<i>Pobre povo</i>	I	41	25 de agosto	03
<i>Movimento maçônico</i>	I	38	29 de agosto	01
JORNAL MONITOR DO NORTE (1876)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Assassinato</i>	II	7	30 de janeiro	02
<i>União Lavrense</i>	II	8	6 de fevereiro	01
<i>O Roubo no Milho Verde</i>	II	12	5 de março	01
<i>Literatura</i>	II	12	5 de março	03
<i>Hotel S. João</i>	II	12	5 de março	04
<i>Hotel S. João</i>	II	13	12 de março	04
<i>Impressões de leitura</i>	II	15	26 de março	03-04
<i>Juri do Serro</i>	II	16	2 de abril	02
<i>Falecimento</i>	II	16	2 de abril	03
<i>A Maçonaria Diam.</i>	II	24	23 de maio	01
<i>A marselhese</i>	II	14	19 de março	03-04
<i>Anúncios</i>	II	16	2 de abril	04
<i>Anúncios</i>	II	18	16 de abril	04
<i>Casamento</i>	II	4	9 de janeiro	02
<i>Anúncios</i>	II	4	9 de janeiro	04

JORNAL SETE DE SETEMBRO (1887)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Juízo insuspeito</i>	I	3	2 de abril	01-02
<i>Matrícula de escravos</i>	I	3	2 de abril	02
<i>Remissão taxa escravos</i>	I	3	2 de abril	02
<i>Manumissão</i>	I	3	2 de abril	02
<i>Erro de arrolamento</i>	I	3	2 de abril	02
JORNAL SETE DE SETEMBRO (1888)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Sete de Setembro</i>	II	4	12 de abril	02
<i>O programa do Governo</i>	II	4	12 de abril	02-03
<i>Prisão de escravos</i>	II	4	12 de abril	03
<i>Manumissões</i>	II	4	12 de abril	04
<i>Falso abolicionismo</i>	II	4	12 de abril	04
<i>Nostra res agitur</i>	II	5	19 de abril	01
<i>Liberal do Norte</i>	II	5	19 de abril	02
<i>Pseudo abolicionismo</i>	II	5	19 de abril	03
<i>Res non verba</i>	II	6	26 de abril	01-02
<i>Manumissões</i>	II	6	26 de abril	02-03
<i>Carteira do saia...</i>	II	6	26 de abril	03-04
<i>Reflitamos</i>	II	7	3 de maio	01-02
<i>Manumissões</i>	II	7	3 de maio	03
<i>Escapou-lhes da mãos...</i>	II	7	3 de maio	03-04
<i>Fala do trono</i>	II	8	10 de maio	01
<i>Carteira do saia...</i>	II	8	10 de maio	03
<i>O Brasil livre</i>	II	10	25 de maio	01-02
<i>Carteira do saia...</i>	II	10	25 de maio	03
<i>Ao faustoso 14 de maio</i>	II	10	25 de maio	04
<i>O Brasil livre</i>	II	10	25 de maio	04

JORNAL O JEQUITINHONHA (1860)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Dezembro 30</i>	I	1	20 de dezembro	03-04
JORNAL O JEQUITINHONHA (1861)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>O descoberto de S. João</i>	I	3	20 de janeiro	02-03
<i>O Jequitinhonha</i>	I	7	23 de fevereiro	01-02
<i>Districto Diamantino</i>	I	7	23 de fevereiro	02-04
<i>Districto Diamantino</i>	I	8	9 de março	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	9	17 de março	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	10	28 de março	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	11	6 de abril	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	12	17 de abril	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	13	27 de abril	02
<i>Breves considerações sobre a criação dos meninos recém-nascidos</i>	I	14	6 de maio	03-04
<i>Districto Diamantino</i>	I	15	16 de maio	02-03
<i>Noticiário</i>	I	15	16 de maio	03-04
<i>Annúncios</i>	I	15	16 de maio	04
<i>O orçamento</i>	I	16	25 de maio	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	17	1 de junho	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	19	16 de junho	02-03
<i>O projeto de Sr. Silveira da Motta</i>	I	20	22 de junho	01-02
<i>Districto Diamantino</i>	I	20	22 de junho	02-03
<i>Comunicado</i>	I	21	4 de julho	01
<i>Districto Diamantino</i>	I	21	4 de julho	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	24	20 de julho	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	25	27 de julho	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	28	17 de agosto	01-03
<i>Theatro</i>	I	24	24 de agosto	04
<i>Ao Snr. Ministro da fazenda sendo submetidos as seguintes questões</i>	I	30	31 de agosto	01-02
<i>Publicações a pedido</i>	I	31	7 de setembro	04
<i>Os festejos do dia sete de setembro</i>	I	32	11 de setembro	01-02
<i>Districto Diamantino</i>	I	32	11 de setembro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	33	25 de setembro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	35	10 de outubro	02-04
<i>Districto Diamantino</i>	I	36	19 de outubro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	37	25 de outubro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	38	2 de novembro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	41	23 de novembro	02-03
<i>A escravidão no Brasil</i>	I	42	30 de novembro	01
<i>Avido ao Snr. Juiz Municipal do Serro</i>	I	42	30 de novembro	03-04
<i>O Jequitinhonha</i>	I	43	7 de dezembro	01-02
<i>Districto Diamantino</i>	I	43	7 de dezembro	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	I	44	14 de dezembro	04
<i>A escravidão no Brasil</i>	I	45	19 de dezembro	01
<i>Districto Diamantino</i>	I	45	19 de dezembro	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	I	46	26 de dezembro	02-03
JORNAL O JEQUITINHONHA (1862)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>O Jequitinhonha</i>	II	1	1 de janeiro	01-02
<i>Districto Diamantino</i>	II	3	18 de janeiro	02-03
<i>O recrutamento</i>	II	5	1 de fevereiro	01
<i>Edital</i>	II	6	8 de fevereiro	04
<i>Correspondência</i>	II	8	22 de fevereiro	03-04
<i>Noticiário</i>	II	9	1 de março	03

<i>Noticiário</i>	II	11	15 de março	02-03
<i>Representação do povo do Tijuco em 1799</i>	II	13	29 de março	03
<i>Noticiário</i>	II	13	29 de março	03
<i>Districto Diamantino</i>	II	14	5 de abril	02-03
<i>Representação do povo do Tejuco em 1799</i>	II	14	5 de abril	03
<i>Districto Diamantino</i>	II	16	19 de abril	03-04
<i>Representação do povo Tejuco em 1799</i>	II	17	26 de abril	02-03
<i>Não tenhas minha alma medo deles</i>	II	18	3 de maio	03-04
<i>Districto Diamantino</i>	II	19	10 de maio	02-04
<i>Districto Diamantino</i>	II	20	17 de maio	03-04
<i>Districto Diamantino</i>	II	21	24 de maio	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	II	22	31 de maio	02-03
<i>Scenas da vida do garimpeiro</i>	II	23	7 de junho	02-03
<i>Scenas da vida do garimpeiro</i>	II	24	14 de junho	03-04
<i>Noticiário</i>	II	25	21 de junho	03-04
<i>Districto Diamantino</i>	II	26	28 de junho	02-03
<i>O Jequitinhonha</i>	II	28	12 de julho	01
<i>Districto Diamantino</i>	II	28	12 de julho	01-02
<i>Scenas da vida do garimpeiro</i>	II	28	12 de julho	02
<i>Publicações a pedido</i>	II	28	12 de julho	04
<i>Districto Diamantino</i>	II	29	19 julho	02-03
<i>Districto Diamantino</i>	II	33	16 de agosto	01-03
<i>Câmara Municipal</i>	II	34	23 de agosto	04
<i>Districto Diamantino</i>	II	36	7 de setembro	01-03
<i>Publicações a pedido</i>	II	36	7 de setembro	03-04
<i>Districto Diamantino</i>	II	37	13 de setembro	01-03
<i>Scenas da vida do garimpeiro</i>	II	37	13 de setembro	03
<i>Regimento Diamantino</i>	II	39	27 de setembro	01-02
<i>Regimento Diamantino</i>	II	40	4 de outubro	01-02
<i>Regimento Diamantino</i>	II	41	11 de outubro	02
<i>Edital</i>	II	42	18 de outubro	04
<i>Regimento Diamantino</i>	II	43	25 de outubro	02
<i>Regimento Diamantino</i>	II	44	1 de novembro	02-03
<i>Variedade</i>	II	45	8 de novembro	01-03
<i>O Jequitinhonha</i>	II	48	29 de novembro	01
<i>Variedade</i>	II	48	29 de novembro	01-03
<i>O Jequitinhonha</i>	II	50	16 de dezembro	01
JORNAL O JEQUITINHONHA (1863)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Variedade</i>	III	100	12 de janeiro	02
<i>Os piratas ingleses</i>	III	102	24 de janeiro	01-02
<i>Variedade</i>	III	111	28 de março	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	III	111	18 de abril	03
<i>Variedade</i>	III	119	17 de maio	02-03
<i>Variedade</i>	III	120	6 de junho	02-03
<i>Os Estados Unidos da América e a Escravidão</i>	III	121	13 de junho	03-04
<i>Variedade</i>	III	125	11 de julho	02
<i>Edital</i>	III	133	12 de setembro	04
<i>Philadelphía 2 de setembro</i>	III	134	19 de setembro	02
<i>O Capitão Mendonça</i>	III	137	17 de outubro	011-02
<i>Noticiário</i>	III	138	24 de outubro	01-02
<i>Um manuscrito velho</i>	III	140	14 de novembro	02-03
JORNAL O JEQUITINHONHA (1868)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>O Jequitinhonha</i>	VIII	14	15 de novembro	01
<i>Mendança 20 de novembro de 1868</i>	VIII	15	22 de novembro	04
<i>Para o senhor chefe de polícia ler</i>	VIII	20	27 de novembro	04
JORNAL O JEQUITINHONHA (1869)				

MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Ao Público</i>	VIII	21	3 de janeiro	01-02
<i>Páginas da história do Brasil</i>	VIII	21	3 de janeiro	01-02
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	21	3 de janeiro	02-03
<i>Serro</i>	VIII	21	3 de janeiro	03
<i>Conceição do Serro</i>	VIII	21	19 de dezembro	03
<i>Transcrição Hymno</i>	VIII	21	3 de janeiro	03
<i>Poesia</i>	VIII	21	3 de janeiro	03-04
<i>Ao público</i>	VIII	22	10 de janeiro	01
<i>Página da história do Brasil escripta no anno de 2000</i>	VIII	22	10 de janeiro	01-02
<i>Noticiário</i>	VIII	22	10 de janeiro	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	22	10 de janeiro	03-04
<i>Editaes</i>	VIII	22	10 de janeiro	04
<i>Ao público</i>	VIII	23	17 de janeiro	01
<i>Noticiário</i>	VIII	23	17 de janeiro	01-02
<i>Página da história do Brasil escripta no anno de 2000</i>	VIII	23	17 de janeiro	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	23	17 de janeiro	03-04
<i>Ao público</i>	VIII	24	21 de janeiro	01-02
<i>Noticiário</i>	VIII	24	21 de janeiro	02
<i>O Libello do Povo por Timandro</i>	VIII	24	21 de janeiro	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	24	21 de janeiro	03
<i>Edital</i>	VIII	24	21 de janeiro	04
<i>Ao público</i>	VIII	25	31 de janeiro	01-02
<i>Noticiário</i>	VIII	25	31 de janeiro	02-04
<i>Câmara Municipal</i>	VIII	25	31 de janeiro	04
<i>Noticiário</i>	VIII	26	14 de fevereiro	01
<i>O Libello do Povo</i>	VIII	26	14 de fevereiro	01-02
<i>Publicações a Pedido</i>	VIII	26	14 de fevereiro	02-03
<i>Câmara Municipal</i>	VIII	26	14 de fevereiro	03
<i>Edital</i>	VIII	26	14 de fevereiro	03-04
<i>Noticiário</i>	VIII	27	21 de fevereiro	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escriptas no anno de 2000</i>	VIII	27	21 de fevereiro	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	27	21 de fevereiro	03-04
<i>À Pedido</i>	VIII	27	21 de fevereiro	04
<i>Noticiário</i>	VIII	28	28 de fevereiro	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escriptas no anno de 2000</i>	VIII	28	28 de fevereiro	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	28	28 de fevereiro	03-04
<i>À Pedido</i>	VIII	28	28 de fevereiro	04
<i>Edital</i>	VIII	28	28 de fevereiro	04
<i>Noticiário</i>	VIII	29	7 de março	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	29	7 de março	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	29	7 de março	03-04
<i>Noticiário</i>	VIII	30	14 de março	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	30	14 de março	03
<i>Publicações a Pedido</i>	VIII	30	14 de março	03-04
<i>Edital</i>	VIII	30	14 de março	04
<i>Noticiário</i>	VIII	31	21 de março	02-03
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	31	21 de março	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	31	21 de março	04
<i>Edital</i>	VIII	31	21 de março	02
<i>Noticiário</i>	VIII	32	4 de abril	02-04
<i>Páginas da história do Brasil escrita no anno 2000</i>	VIII	32	4 de abril	04
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	32	4 de abril	01-02
<i>A guerra</i>	VIII	33	11 de abril	02-03
<i>Páginas da historia do Brasil escrita no anno 2000</i>	VIII	33	11 de abril	03
<i>Transcrição</i>	VIII	33	11 de abril	03-04

<i>Correspondência</i>	VIII	33	11 de abril	04
<i>Noticiário</i>	VIII	33	11 de abril	04
<i>À Pedido</i>	VIII	33	11 de abril	01-02
<i>Rio da Prata</i>	VIII	34	18 de abril	02-03
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	34	18 de abril	03-04
<i>Correspondência</i>	VIII	34	18 de abril	04
<i>Noticiário</i>	VIII	34	18 de abril	04
<i>À Pedido</i>	VIII	35	25 de abril	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	35	25 de abril	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	35	25 de abril	03-04
<i>Noticiário</i>	VIII	36	2 de maio	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	36	2 de maio	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	36	2 de maio	04
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	36	2 de maio	03-04
<i>Noticiário</i>	VIII	37	9 de maio	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	37	9 de maio	02-03
<i>Os esta de ferro policiais</i>	VIII	37	9 de maio	03
<i>Outro autographo</i>	VIII	37	9 de maio	03
<i>Terrenos Diamantinos</i>	VIII	37	9 de maio	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	37	9 de maio	03-04
<i>Resposta ao Argus</i>	VIII	37	9 de maio	04
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	38	16 de maio	02-03
<i>Transcrição</i>	VIII	38	16 de maio	03
<i>Noticiário</i>	VIII	38	16 de maio	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	38	16 de maio	03-04
<i>Colaboração</i>	VIII	40	30 de maio	01-02
<i>Comunicação</i>	VIII	40	30 de maio	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	40	30 de maio	03-04
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	41	6 de junho	02-04
<i>Noticiário</i>	VIII	41	6 de junho	04
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	41	6 de junho	04
<i>Falla do trono</i>	VIII	42	13 de junho	01-02
<i>Colaboração</i>	VIII	42	13 de junho	02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	42	13 de junho	03-04
<i>Noticiário</i>	VIII	42	13 de junho	04
<i>À Pedido</i>	VIII	42	13 de junho	04
<i>Notícia da Corte</i>	VIII	43	20 de junho	01
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	43	20 de junho	01-03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	43	20 de junho	03-04
<i>Capricho do Imperador</i>	VIII	44	27 de junho	01-0
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	44	27 de junho	02-04
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	44	27 de junho	04
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	45	4 de julho	02-03
<i>Noticiário</i>	VIII	45	4 de julho	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	45	4 de julho	03-04
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	46	11 de julho	02-03
<i>Noticiário</i>	VIII	46	11 de julho	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	46	11 de julho	04
<i>Wellinton e Caxias</i>	VIII	47	18 de julho	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	47	18 de julho	02-03
<i>Noticiário</i>	VIII	47	18 de julho	03
<i>Câmara Municipal</i>	VIII	47	18 de julho	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	47	18 de julho	04
<i>O rei do século XIX</i>	VIII	48	25 de julho	01
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno de 2000</i>	VIII	48	25 de julho	01-02
<i>Noticiário</i>	VIII	48	25 de julho	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	48	25 de julho	03

<i>Publicações a pedido</i>	VIII	48	25 de julho	04
<i>Paginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	VIII	9	1 de agosto	02-03
<i>Correspondência</i>	VIII	9	1 de agosto	03
<i>Publicações a pedido</i>	VIII	9	1 de agosto	03-04
<i>A nova phase</i>	VIII	50	8 de agosto	01-02
<i>O Governo e os frades</i>	VIII	50	8 de agosto	02
<i>Communicado</i>	VIII	50	8 de agosto	02-03
<i>Paginas da historia do Brasil escritas no anno de 2000</i>	VIII	50	8 de agosto	03-4
<i>Transcrição</i>	IX	1	31 de outubro	02-04
<i>Noticiário</i>	IX	1	31 de outubro	04
<i>Corpo Legislativo</i>	IX	2	7 de novembro	01-03
<i>Noticiário</i>	IX	2	7 de novembro	03-04
<i>Um Bourbon Liberal</i>	IX	2	7 de novembro	04
<i>Novas eleições</i>	IX	3	14 de novembro	01-02
<i>Ainda Caeté-Merim</i>	IX	3	14 de novembro	02-03
<i>Luta Nacional</i>	IX	3	14 de novembro	03
<i>Noticiário</i>	IX	3	14 de novembro	03
<i>Publicações a pedido</i>	IX	3	14 de novembro	04
<i>Caeté-merim</i>	IX	4	21 de novembro	02-03
<i>Paginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	4	21 de novembro	04
<i>Noticiário</i>	IX	4	21 de novembro	04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	4	21 de novembro	04
<i>A Guerra</i>	IX	5	28 de novembro	01-02
<i>Discurso de V. Hugo</i>	IX	5	28 de novembro	02
<i>Paginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	5	28 de novembro	02-03
<i>A Guerra</i>	IX	5	28 de novembro	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	5	28 de novembro	04
<i>Elemento Servil</i>	IX	6	5 de dezembro	01-02
<i>Caeté-merin</i>	IX	6	5 de dezembro	02-03
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	6	5 de dezembro	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	6	5 de dezembro	04
<i>A ignorância popular</i>	IX	7	12 de dezembro	01-02
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	7	12 de dezembro	02-03
<i>Noticiário</i>	IX	7	12 de dezembro	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	7	12 de dezembro	03-04
<i>Ao público</i>	IX	8	19 de dezembro	01
<i>A presidência de Minas</i>	IX	8	19 de dezembro	01-02
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno de 2000</i>	IX	8	19 de dezembro	02-03
<i>Ao Sr. Dr. Pedro Fernandes</i>	IX	8	19 de dezembro	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	8	19 de dezembro	04
<i>Ao Público</i>	IX	9	26 de dezembro	01
<i>Colaboração</i>	IX	9	26 de dezembro	01
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	9	26 de dezembro	02-03
<i>Noticiário</i>	IX	9	26 de dezembro	03
<i>Publicações a pedido</i>	IX	9	26 de dezembro	03-04
JORNAL O JEQUITINHONHA (1870)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>A Estatua</i>	IX	25	17 de abril	01
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	IX	25	17 de abril	02-03
<i>Noticiário</i>	IX	25	17 de abril	03
<i>Correspondências</i>	IX	25	17 de abril	03-04
<i>Publicações a pedido</i>	IX	25	17 de abril	04
<i>Noticiário</i>	IX	49	2 de outubro	02
<i>Variedade</i>	IX	49	2 de outubro	02-03
<i>Correspondência</i>	IX	49	2 de outubro	03
<i>Literatura</i>	IX	49	2 de outubro	03-04

<i>Publicações a pedido</i>	IX	49	2 de outubro	04
JORNAL O JEQUITINHONHA (1871)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>A palavra ministerial</i>	X	62	1 de janeiro	02
<i>Páginas da historia do brasil escritas no anno 2000</i>	X	62	1 de janeiro	02-03
<i>Noticiário</i>	X	62	1 de janeiro	03-04
<i>A pedido</i>	X	62	1 de janeiro	04
<i>O decreto</i>	X	68	19 de fevereiro	01
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	X	68	19 de fevereiro	01-02
<i>Noticiário</i>	X	68	19 de fevereiro	02-03
<i>Literatura</i>	X	68	19 de fevereiro	03
<i>Publicação a pedido</i>	X	68	19 de fevereiro	03-04
<i>Os Estados-Unidos e a Comuna</i>	X	69	5 de novembro	01
<i>Noticiário</i>	X	69	5 de novembro	01-03
<i>Publicações a pedido</i>	X	69	5 de novembro	03-04
JORNAL O JEQUITINHONHA (1872)				
MATÉRIA/ANÚNCIO	ANNO	NÚMERO	DIA/MÊS	PÁGINA
<i>Noticiário</i>	XI	135	2 de junho	01
<i>Variedade</i>	XI	135	2 de junho	01-02
<i>Literatura</i>	XI	135	2 de junho	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	XI	135	2 de junho	03-04
<i>Dissolução da Câmara</i>	XI	136	9 de junho	01
<i>Noticiário</i>	XI	136	9 de junho	01-02
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	136	9 de junho	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	XI	136	9 de junho	03-04
<i>Noticiário</i>	XI	137	16 de junho	01-02
<i>Mineralogia</i>	XI	137	16 de junho	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	XI	137	16 de junho	03-04
<i>Abstenção</i>	XI	138	23 de junho	01
<i>Noticiário</i>	XI	138	23 de junho	01-02
<i>Publicações a pedido</i>	XI	138	23 de junho	02-03
<i>O ministro da guerra</i>	XI	139	30 de junho	01
<i>Noticiário</i>	XI	139	30 de junho	01-02
<i>Páginas da história do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	139	30 de junho	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	XI	139	30 de junho	03-04
<i>Queremos a paz</i>	XI	140	7 de julho	01
<i>Noticiário</i>	XI	140	7 de julho	01-02
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	140	7 de julho	02-03
<i>Publicações a pedido</i>	XI	140	7 de julho	03-04
<i>Noticiário</i>	XI	143	28 de julho	01
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	143	28 de julho	01-02
<i>A pedido</i>	XI	143	28 de julho	02-04
<i>Os Monarchistas</i>	XI	144	4 de agosto	01
<i>Noticiário</i>	XI	144	4 de agosto	02
<i>Variedade</i>	XI	144	4 de agosto	03
<i>A pedido</i>	XI	144	4 de agosto	03-04
<i>As Graças</i>	XI	145	11 de agosto	01
<i>Noticiário</i>	XI	145	11 de agosto	01-02
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	145	11 de agosto	02-03
<i>A pedido</i>	XI	145	11 de agosto	03-04
<i>Eleições</i>	XI	146	18 de agosto	01
<i>Noticiários</i>	XI	146	18 de agosto	01-02
<i>Variedade</i>	XI	146	18 de agosto	02-03
<i>A pedido</i>	XI	146	18 de agosto	03-04
<i>Noticiário</i>	XI	147	25 de agosto	01
<i>Páginas da historia do Brasil escritas no anno 2000</i>	XI	147	25 de agosto	01-02
<i>Trsncrição</i>	XI	147	25 de agosto	02-03
<i>A pedido</i>	XI	147	25 de agosto	03-04

<i>Juarez</i>	XI	149	8 de setembro	01
<i>Noticiário</i>	XI	149	8 de setembro	01-02
<i>A pedido</i>	XI	149	8 de setembro	02-4
<i>Estátua de José Bonifácio</i>	XI	151	22 de setembro	01-02
<i>Abstenção dos Democratas</i>	XI	151	22 de setembro	02
<i>Noticiário</i>	XI	151	22 de setembro	02-03
<i>Correspondência</i>	XI	151	22 de setembro	03
<i>A pedido</i>	XI	151	22 de setembro	03-04
<i>Instituto Histórico</i>	XII	179	6 de abril	01-02
<i>A pedido</i>	XII	179	6 de abril	02-03
<i>Transcrição</i>	XII	179	6 de abril	03